

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO

MARLENE CORRÊA TORREÃO

**COOPERATIVISMO NOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E
ECONÔMICA DOS TRABALHADORES NA LUTA CONTRA A EXPROPRIAÇÃO
CAPITALISTA NO CAMPO: a resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra no Maranhão**

São Luís

2014

MARLENE CORRÊA TORREÃO

**COOPERATIVISMO NOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E
ECONÔMICA DOS TRABALHADORES NA LUTA CONTRA A EXPROPRIAÇÃO
CAPITALISTA NO CAMPO: a resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra no Maranhão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marina Maciel Abreu.

São Luís

2014

Torreão, Marlene Corrêa

Cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na luta contra a expropriação capitalista no campo: a resistência do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Maranhão. / Marlene Corrêa Torreão. – São Luís, 2014.

112 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marina Maciel Abreu.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2014.

1. Cooperativismo - Organização política e econômica. 2. MST - Maranhão. I. Título.

CDU 331:332.021.8

MARLENE CORRÊA TORREÃO

**COOPERATIVISMO NOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E
ECONÔMICA DOS TRABALHADORES NA LUTA CONTRA A EXPROPRIAÇÃO
CAPITALISTA NO CAMPO: a resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra no Maranhão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____ / ____ / 2014.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marina Maciel Abreu (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Inicio este agradecimento a uma pessoa que contribuiu imensamente para meu crescimento e amadurecimento, não na dimensão profissional, mas na construção e formação da minha vida: à minha querida e amada avó Marlene Goiabeira Torreão (in memoriam). Ela que foi e será exemplo inexplicável em minha vida, que desde a minha socialização primária me ensinou a ter paciência com os descaminhos e sobressaltos da vida. A ela, que não estará mais aqui para presenciar esta conquista alcançada com tortuosas idas e vindas. Porém, comungo da certeza de que onde estiver, estarás feliz e orgulhosa com o meu alcance.

À Deus, senhor soberano, que me proporcionou sabedoria e fortaleza para superação dos desafios impostos pela vida cotidiana.

Aos meus pais (Marco Antonio Goiabeira Torreão e Maria da Conceição Corrêa Torreão) e irmãos (Rosa, Marco e Déborah) que sempre acreditaram em meu potencial e que, de maneiras diferentes, contribuíram no meu crescimento, encorajando-me a persistir na conquista dos meus sonhos.

Ao meu marido Klauber, que me deu impulso para continuar pela segunda vez, a desafiante caminhada de cursar o mestrado em Políticas Públicas.

À Marina Maciel Abreu, pela paciência e entendimento durante todo esse processo de realização do mestrado: agradeço pelos conhecimentos compartilhados ao longo da minha trajetória acadêmica. Reafirmo que a tenho como referência permanente.

No bojo desse processo de troca e acúmulo de conhecimentos, não posso deixar de mencionar a importância do Grupo de Estudo, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), nas discussões teóricas e aprendizagem constante. Meus agradecimentos às professoras: Josefa Batista, Célia Martins e Nonata Santana no compartilhamento das suas potencialidades intelectuais.

Às colegas que participaram do GSERMS (Andréa Everton, Cristiana Lima, Graciane Pereira, Graziela Nunes, Laurinete Silva, Lucilene Cerqueira, Núbia Dias e Zaira Azar) pelos laços construídos e momentos compartilhados no decorrer da trajetória de minha formação acadêmica.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas pessoas de Luiz Antonio Lima, Edilton de Sousa Neto, Marizangela Ribeiro Taveira e

Francisco Elias de Araújo Dirigente do Setor de Produção e Cooperação e Meio Ambiente do Maranhão. Sujeitos que tiveram papel imprescindível na concessão de documentos, materiais e informações por meio de entrevistas, sem os quais seria impossível a realização deste trabalho.

E por fim ao Programa de Pós-graduação, que tem mobilizado esforços na organização deste programa cuja trajetória vem elevando o reconhecimento da produção intelectual maranhense. Meu agradecimento externado nas pessoas de Dona Izabel, Edson e Augusto, sempre dispostos a contribuírem com a socialização das informações administrativas do programa, com paciência e presteza.

“É preciso compreender o presente não apenas como um presente de limitações, mas como um presente de possibilidades”. (FREIRE, Paulo).

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre o cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na atualidade, tendo como referência a resistência empreendida pelo MST no Maranhão. Expõem-se os fundamentos históricos do estudo, apresentando o cooperativismo como instrumento contraditório no processo de luta dos trabalhadores, na medida em que seus determinantes imprimem-lhe duas perspectivas: uma utilizada nas propostas idealistas de livre mercado apresentando uma dimensão político-ideológica que atende aos interesses capitalistas, sendo hoje reatualizada nos processos de flexibilização do trabalho; e a outra, expressa uma alternativa de resistência e luta dos trabalhadores, que se constitui de forma consciente, pode ser um importante instrumento no contexto das lutas sociais. Faz-se uma recuperação histórica do cooperativismo como uma das modalidades de cooperação agrícola organizada pelo MST desde a década de 1980, no momento de intenso agravamento da questão agrária em face ao avanço do capitalismo no campo. Considera o cooperativismo como importante instrumento de organização política e econômica para os camponeses, ainda que no Maranhão, tal iniciativa apresente fragilidade em relação ao retorno econômico para os cooperados. Os principais limites apontados por líderes do setor de produção do movimento, tem sido: dificuldade técnica e de gestão, ausência de tecnologias de produção, além do pouco incentivo dado pelo Estado, através das políticas públicas que seguem em geral à lógica da política agrícola vigente, permitindo ao latifundiário ser o grande beneficiário dos recursos públicos. O estudo identifica que no plano político, de alguma maneira, o cooperativismo contribui no processo de resistência no interior do MST, na medida em que provoca a formação de novas concepções em torno da organização da produção e das relações de trabalho, mesmo que esta estratégia se manifeste de forma contraditória.

Palavras-chave: Cooperativismo. Consciência. Resistência. Estratégia Contraditória.

SUMMARY

This is a study on cooperativism in the current economic and political organization of workers, having as reference the resistance waged by the MST in Maranhão. The historical background of the study is disclosed, presenting the cooperativism as a contradictory tool on the workers struggling process, to the extent that its determinants present two perspectives: one used in the free market idealistic proposals presenting a political and ideological dimension that meet capitalist interests, being currently updated in the processes of flexibilization work; the other, expresses an alternative of resistance and struggle of the workers, which might be an important tool in the context of social struggles, if it is consciously constituted. A historical recovery of cooperativism, is also carried out, as one of the models of agricultural cooperation organized by the MST since the 1980s, when there was an intense worsening of the agrarian question due to the advancement of capitalism in the countryside. The study considers the cooperativism as a major instrument of political and economic organization for farmers, even though in Maranhão this initiative has shown weakness in relation to the economic return to the cooperative members. The main limits pointed out by the leaders in the production sector of the movement, have been: technical and managerial difficulties, lack of production technologies, as well as little support given by the State through public policies that generally follow the logic of the current agricultural policy, allowing the landowner to be the major beneficiary of public funds. The study identifies that somehow, politically, the cooperativism has contributed to the process of resistance within the MST, provided that it has led to the formation of new concepts about the organization of production and labor relations, even though this strategy is posed in a contradictory way.

Keywords: Cooperativism. Awareness. Resistance. Contradictory Strategy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo do Projeto de Apicultura	94
Organograma 1 - Organização do cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em âmbito Nacional	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Assentamentos criados pelo INCRA na década de oitenta e noventa.....	70
Tabela 2 - Cooperativas Organizadas pelo MST no Estado do Maranhão	90
Tabela 3 - Formas de Cooperação Agrícola existentes no MST	94

LISTA DE SIGLAS

ALBRAS	Alumínio Brasileiro S/A
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S/A
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas
ASA	Ação Social Arquidiocesana
CCA	Cooperativa Central dos Assentados
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOMARA	Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina
COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo-Oeste Ltda
COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda
COOPACMA	Cooperativa Agropecuária do Assentamento 04 de Maio
COOPERA	Cooperativa de Trabalhadores Prestadores de Serviço Agrícola
COOPERVID	Cooperativa Agropecuária da Vila Diamante
COOPEVI	Cooperativa de Aproveitamento da Mandioca de Itapecuru
COVAP	Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré
CPAs	Cooperativas de Produção Agropecuária
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EUA	Estados Unidos da América
FCR	Fundo de Crédito Rotativo
FERGUMAR	Ferro Gusa do Maranhão
GSERMS	Grupo de Estudo, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PGC	Programa Grande Carajás
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROCERA	Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAPP	Sociedade de Agricultura de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SIMASA	Gusa Nordeste e Siderúrgica do Maranhão
SPCMA/MA	Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Maranhão
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUZANO	Suzano Papel e Celulose
UDR	União Democrática Ruralista
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO CONTRADITÓRIO NO PROCESSO DE LUTA DOS TRABALHADORES: antecedentes históricos e tendências atuais	26
2.1	As experiências dos socialistas utópicos e as bases para a construção de uma nova sociedade	26
2.2	A organização do movimento operário e a construção da cooperação agrícola	37
2.3	A expansão do cooperativismo sob a flexibilização econômica e a resistência dos trabalhadores	47
3	A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA A EXPROPRIAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO NO MARANHÃO: o modelo cooperativista do MST como uma estratégia	61
3.1	A terra como questão e a mediação do Estado: bases históricas	61
3.2	A constituição do MST no enfrentamento do avanço do capitalismo no campo: a inserção no Maranhão	69
3.3	O modelo cooperativista organizado pelo MST e as Políticas Agrárias: entre a organização produtiva de base familiar e os desafios da produção coletivizada sob o ponto de vista dos trabalhadores associados	76
4	CONCLUSÃO	102
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM LÍDERES DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MST	111
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COOPERADOS DA COOMARA	112

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma pesquisa sobre o cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na atualidade, tendo como referência a resistência empreendida pelo MST.

O ponto de partida do estudo converge para a recuperação do significado da organização das lutas pelos camponeses no Maranhão, trazendo a materialidade da experiência cooperativista como uma alternativa, no momento de intenso aprofundamento e expansão do capitalismo no campo.

Este avanço compreende dois momentos com expressiva relevância: a partir do final da década de 1980 com a implantação dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Mineral-Metalúrgico e Agropecuários, com destaque para pecuária; e o segundo iniciado nos anos 1990 relaciona-se à consolidação de outros produtos do agronegócio (cana, eucalipto, produção de carvão, ampliação da soja) e da pecuária empresarial (MESQUITA, 2006).

O primeiro momento, configurado nos governos militares representou a consolidação de um projeto de modernização com ações voltadas para a execução de planos de valorização das regiões, a título do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que direcionou investimentos em projetos de grande porte para criação de polos de desenvolvimento¹, dentre eles a pré-Amazônia Maranhense (porção norte-ocidental do Estado).

A referida região fez parte do programa de polos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (Polo Amazônia) que preconizou o aproveitamento integrado das potencialidades mineral-metalúrgico, agropecuário, agroindustrial, florestal em áreas prioritárias da Amazônia (SOUSA, 2009).

Dentre as ações com destaque no cenário dos grandes empreendimentos, encontra-se a implantação do Programa Grande Carajás (PGC), cujo foco principal eram os projetos já existentes no setor mineral-metalúrgico, em especial os projetos Ferro-Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Alumínio Brasileiro S/A (ALBRAS), Alumina do Norte do Brasil S/A (ALUNORTE) e Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) no Maranhão.

¹ Os polos ou centros de desenvolvimento foram criados pelo decreto nº 74.607 compondo as seguintes áreas: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia, Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia, Rondônia, Acre, Juruá, Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Jurena, Ariapuanã e Marajó.

Percebe-se que tais empreendimentos foram implantados por meio do ideário de uma política de modernização das regiões que se mantiveram, historicamente, em atraso em relação às demais regiões do país. Foi nesse sentido, que o Estado canalizou uma série de incentivos fiscais e financeiros para atrair investimentos privados.

O Estado foi o maior condutor desse processo cabendo-lhe oferecer os instrumentos que viabilizassem a implantação da modernização da agricultura. No Maranhão, a ajuda governamental se deu via incentivos fiscais, baixo preço da terra, créditos subsidiados.

Mesquita (2006, p. 31, grifo do autor) entende que o papel do Estado incorporou “[...] interesses políticos e econômicos explícitos com vistas a induzir investimentos em regiões ‘problemáticas, subdesenvolvidas e/ou pouco integradas’ ao mercado nacional, a exemplo do Nordeste e do Norte (Amazônia Legal).”

Essa ação de desenvolvimento proporcionou uma mudança na dinâmica estadual em sentido antagônico, gerando ritmos desiguais no desenvolvimento econômico e social.

O modelo induzido pelo Estado trouxe a marca da concentração fundiária e o aprofundamento da questão agrária não resolvida, deflagrada pelo aumento da pobreza dos camponeses, degradação dos sistemas ambientais, reorganização do trabalho do campo e uma série de conflitos agrários.

O panorama traçado por várias pesquisas elucidam consequências, na segurança alimentar (SILVA, 2008), na organização sócio-espacial (SOUSA, 2009), no desenvolvimento desigual da agricultura (MESQUITA, 2011), nas relações de trabalho (AZAR, 2013), dentre outras.

Contraditoriamente, a transformação no campo maranhense desencadeou a articulação e organização dos camponeses, cuja resultante, nos anos 1980, foi a formação do MST.

Nesta década, a principal ação dos trabalhadores expulsos e expropriados pelo processo de modernização ocorreu por meio da organização de marchas, das grandes ocupações de latifúndios e da constituição de acampamentos.

Simultaneamente à expulsão e expropriação pelo avanço do capitalismo, os camponeses construíram a possibilidade de retorno à terra através das ocupações como forma de resistência.

Assim, o estudo partiu da análise das determinações históricas do processo de luta pela terra situando a constituição do MST no Brasil, com ênfase para o Maranhão, para posteriormente refletir sobre a contribuição do cooperativismo para (re) organização da produção e para articulação política dos trabalhadores na realidade particular desse estado, verificando seus limites e suas contradições.

O debate sobre a consolidação do cooperativismo, como forma prioritária de organização da produção, ganha relevância no MST, em 1990 a partir de uma avaliação realizada pelo Movimento acerca da necessidade de organizar a produção, como condição básica para a permanência do camponês assentado.

Ao definir o cooperativismo, o MST fez uma opção ideológica por entender que esta forma de organização da produção apresenta-se como uma alternativa histórica inserida nas lutas sociais dos trabalhadores em um momento de aguçamento do capitalismo na sua fase monopolista.

Trata-se de uma experiência que expressa a resistência camponesa na luta pela permanência na terra ocupada, cuja particularidade deve ser compreendida no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Fernandes (2000, p. 228) destaca que o cooperativismo apresentou-se “[...] como um importante instrumento na formação da territorialização do MST, como também na organização da luta econômica e política no enfrentamento do capitalismo”, quando este ganha contorno ainda mais intenso no Brasil.

No caso maranhense, a organização das primeiras cooperativas² no MST deu-se concretamente em 1990, exatamente no momento de intensificação do avanço do capital, refletida na dinâmica econômica dos projetos agropecuários e das políticas neoliberais.

A criação das cooperativas foi pensada pelo MST exatamente na referida década, quando o Movimento verificou a necessidade de viabilizar economicamente os assentamentos, no contexto do modelo vigente da agricultura espoliante adotada, sobretudo, na região Tocantina.

A referida região abrange municípios fortemente afetados pela presença dos circuitos capitalistas altamente desenvolvidos: a exemplo de Açailândia em que

² As cooperativas fundadas no Maranhão, na década de 1990, foram: Coopervit (1993), Coopaqma (1997), Coomara (1997), Coopera (1998) e uma Central a Cooperativa Central dos Assentados (CCA) criada em 1997.

se encontram instaladas várias siderúrgicas na fabricação do Ferro Gusa como a FERGUMAR - Ferro Gusa do Maranhão, a COVAP - Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, a SIMASA - Gusa Nordeste e Siderúrgica do Maranhão; em Imperatriz destaca-se a segunda maior indústria de fabricação de papel e celulose em escala mundial - a SUZANO. Soma-se a esse quadro, a expansão da agricultura empresarial através da expansão da pecuária e do agronegócio com a cultura do eucalipto.

No caso da Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina (COOMARA) sua criação traduz-se nesse contexto.

Esses ninhos econômicos proporcionam reflexos negativos aos camponeses: crescente subordinação da renda da terra ao capital, proletarização dos camponeses, migração, agravamento da pobreza, mobilizando, ao mesmo tempo, os camponeses e as populações atingidas, a organizarem uma série de iniciativas ao enfrentamento dos seus efeitos destrutivos.

Há que se considerar a existência de um conjunto de variáveis que operaram no surgimento das cooperativas organizadas pelo MST na realidade maranhense, expostas nas determinações mais gerais da própria política agrícola adota pelo Estado “[...] estabelecidas no beneficiamento das cadeias produtivas importantes do agronegócio internacional, a fim de torná-las mais competitivas.” (MESQUITA, 2011, p. 48) em detrimento do pequeno agricultor.

A insuficiência dos recursos oficiais voltados aos camponeses impulsionou as lideranças do Movimento, não somente neste Estado, mais em âmbito nacional, a lutarem por uma linha de crédito especial.

Stedile e Fernandes (2005), analisando a produção no interior do MST, registraram que a primeira luta do MST ligada ao problema do crédito subsidiado, ocorreu em 1986. Do referido período até 1990, as articulações se deram em torno do Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária (PROCERA).

Contudo, o arrefecimento da luta em torno das políticas públicas para a agricultura, ocorreu de 1990 a 1993, período marcado pelo desmantelamento de tal programa pelo governo Collor, o que ocasionou uma forte crise no Movimento.

Stedile e Fernandes (2005) registraram que Collor acabou com as políticas públicas para o pequeno agricultor, com o crédito, com a Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

Os referidos autores apontam que, diante da falta de uma política agrícola efetiva e como estratégia frente à ofensiva de Collor, o Movimento buscou outros mecanismos. Nesse processo optaram pela formação de Centrais de Cooperativas mais gerais, o que posteriormente deu base para concretização da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Dado o intenso processo de luta pelo Movimento e em decorrência de sua visibilidade nacional, “[...] o Estado reformula o financiamento agrícola, cria linhas de crédito especiais como o PRONAF e adota uma política de assentamento como forma paliativa de democratizar o acesso a terra.” (MESQUITA, 2011, p. 52)

Com isso, a exigência na implementação de políticas públicas de crédito tornou-se elemento importante na luta pela Reforma Agrária, dado os limites vivenciados pelos camponeses em relação a pouca capacidade técnica e reduzido recurso para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

A fundação das cooperativas no Maranhão relaciona-se também à possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995, fortemente articulado aos projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O MST entende que deve acessar as políticas públicas como forma de garantir a participação dos assentados aos recursos públicos e como viabilização à Reforma Agrária.

Entretanto, esse acesso pode evidenciar os interesses implícitos nas políticas públicas organizadas pela ação do Estado tipicamente neoliberal, como forma de controle social na medida em que cria instrumentos na tentativa de inviabilização da autonomia do Movimento.

Existe uma contradição nesse processo, pois ao mesmo tempo, que o Movimento luta para garantir o acesso às políticas e mobiliza-se para exigir sua implementação, no momento de sua execução, o Estado passa ‘determinar suas regras’. Por isso o MST entende que a luta por políticas é uma constante, ainda que tenha claro os limites e fragilidade das mesmas.

A vinculação do PRONAF ao INCRA é exemplo concreto dessa contradição. Ao coordenar o acesso a tal programa, a referida instituição, mantém

uma aceitação por parte dos assentados às suas propostas de ações. Isso tem ocorrido na realidade maranhense através do incentivo ao associativismo, o que tem desarticulado as ações de base do MST no que diz respeito ao fortalecimento e fundação das cooperativas.

A organização dos assentados em associações caracteriza-se a maneira do INCRA em controlar ideológica e politicamente as famílias, o que obstrui e enfraquece ao mesmo tempo a ação política do MST.

Compreende-se que a autonomia não pode ser pensada como algo dado e definido. Ela é construída e conquistada no processo histórico e empreendida como um instrumento de luta, portanto, imprescindível para os movimentos no cumprimento de seu papel na luta pela transformação da sociedade.

É necessário refletir, também, sobre o significado das ações político-institucionais em prol do financiamento e incentivo à organização da pequena produção, pois as transformações em curso da sociedade capitalista posta pelas restrições de acesso ao trabalho são determinadas pelo reaparecimento de formas de organização da produção e do trabalho, tidas neste momento, como '*novas alternativas*' para a satisfação das necessidades imediatas dos segmentos sociais excluídos.

Argumenta-se, neste trabalho, que o cooperativismo fundamenta-se tanto nas diversas iniciativas associativistas que surgiram, ao longo do contexto de luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista no século XIX; como se inscrevem, destacadamente, dentro da dinâmica de flexibilização da economia e desregulamentação do trabalho, enquanto uma estratégia reatualizada como legitimadora dos interesses do capital.

No Brasil, apesar de tardiamente, a tendência flexibilizadora ganha expressão e força a partir de 1990, com a adoção das medidas neoliberais associadas a uma *intensificação do processo de reestruturação produtiva*³, que teve como principal característica, nesse momento, a busca pelas estratégias de redução de custos, sobretudo pelos processos de terceirização.

³ Convém ressaltar que o início da experiência brasileira de reestruturação produtiva data da década de 1970, e somente ele será alavancado, sob análise de Márcia Leite (1997), a partir de 1990 quando se dá no país um intenso processo de abertura do mercado e intensificação da epidemia da competitividade.

Na análise de Krein (2001), uma dessas medidas flexibilizadoras que serviu aos interesses do empresariado como possibilidade da redução de custos, foi à criação da Lei 8.949, em 1994, (lei das cooperativas profissionais).

Segundo o referido autor, apesar de ter sido uma proposta apresentada pela oposição, com a finalidade de responder a uma demanda dos setores populares que desenvolvem experiências de organização cooperativada – a lei das cooperativas teve como efeito colateral uma verdadeira avalanche de iniciativas empresariais na criação de cooperativas fantasmas (KREIN, 2001).

Nesse quadro, o cooperativismo foi utilizado na conformação e intensificação da exploração do consumo da força de trabalho sob o domínio do capital, consubstanciado em relações precárias de contratação de trabalho na atual desregulamentação do sistema de proteção e legislação trabalhista, contrariando seus princípios históricos.

O cooperativismo pode, dessa maneira, se colocar como estratégia na organização das lutas e, por outro lado, operar como uma ação imediata e isolada no enfrentamento das condições objetivas impostas pelo agravamento da crise do trabalho, da pobreza e das desigualdades globais.

Lênin (1980) enfatiza que à medida que o capitalismo se desenvolve, cresce em seu conjunto a miséria, a opressão, a escravidão, a degeneração, a exploração, conseqüentemente, aumenta, ao mesmo tempo, a revolta da classe operária, que é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista.

As condições objetivas vivenciadas pelos trabalhadores, marcada pelo aprofundamento da crise social e econômica da sociedade brasileira, com a ampliação da pobreza, rebaixamento das condições de vida da grande massa da população, geram o encaminhamento de uma série de iniciativas sociais.

Essas formas de organizações sociais não se limitam apenas às vinculadas diretamente ao processo de produção, Houtart (2001, p. 89) aponta que as conseqüências do capitalismo, “[...] afetam visivelmente os interesses não somente daqueles diretamente incluídos na relação capital/trabalho, mas também das camadas mais diversas da população.”

O referido autor complementa sua análise afirmando que no plano organizativo na contemporaneidade, há uma diversidade de tipos de resistência,

com objetivos diversos, cuja manifestação resulta da exacerbação das consequências da mundialização da economia capitalista:

Assim, a feminização da pobreza acarreta a radicalização dos movimentos feministas, a destruição e a privatização das riquezas ecológicas encorajam a criação de grupos de defesa do meio ambiente, as destruições culturais suscitam reações defensivas freqüentemente retrógradas. (HOUTART, 2003, p. 93).

James Petras (2008) argumenta que da mesma forma que há padrões desiguais de desenvolvimento capitalista, há também diferentes padrões no que se refere à luta de classes. Estas podem apresentar um caráter ofensivo e defensivo.

Sobre as formas de luta que se colocam na direção da lógica defensiva, estão situadas as experiências que lutam para preservar seus níveis de vida ou limitar as consequências do capitalismo, ao qual estão inseridas as iniciativas populares de simples estratégias de sobrevivência, em que o cooperativismo também é expressão.

Essas iniciativas sociais colocam, ao mesmo tempo, a perspectiva de construção de novas formas de organização de luta, bem como operam com ações imediatas e isoladas que são travadas no enfrentamento das condições objetivas impostas pelo agravamento das desigualdades globais.

Na atualidade “[...] a consciência imediata, presa à particularidade da época em que se vive, tende a transformar em naturalidade os contextos sociais, culturais e históricos.” (BEER, 2006, p. 7).

A necessidade das lutas se põe a partir das determinações estruturais do capitalismo, porém muitas vezes, se apresentam de modo fragmentado.

Isso pode acontecer quando a “[...] busca do auto-interesse individual leva a integração de indivíduos particulares na ordem social vigente – bem como as formas coletivas da ação reformista, na medida em que são extensões diretas dessa busca do auto-interesse particularista.” (MESZAROS, 1993, p. 94).

Porém as manifestações e o movimento de organização dos trabalhadores não podem ser, simplesmente, construídos sob a base de um interesse particularista e economicista.

Meszaros (1993) assentado em Marx expõe que a situação da meta e ação histórica dos trabalhadores (representado no proletariado) está relacionada claramente a sua situação de vida, porém não deve ser limitado a este elemento.

Vale mencionar que, em última análise, o conceito das condições materiais de vida ocupa uma posição essencial no sistema marxiano, mas tal conceito não é de forma alguma capaz por si só de explicar a complexidade do próprio desenvolvimento social.

O autor considera importante a colocação de Gramsci de que as crises econômicas podem criar circunstâncias favoráveis para a propagação de maneiras de pensar, colocar e resolver questões. Porém o elemento decisivo para as lutas seria a força organizada por um longo período, atribuída à consciência de classe (MESZAROS, 1993).

Essa consciência não deve ser interpretada como mero subproduto da economia capitalista. Tal ponto de vista substituiria o complexo dialético de Marx por um determinismo econômico, mecânico e unilateral.

A consciência teria, para Meszaros (1993), em todas as formas e manifestações, uma estrutura própria relativamente autônoma, determinando assim de forma recíproca as estruturas econômicas da sociedade, ao mesmo tempo, que são também determinadas pela última.

Assim, coloca-se que o processo de luta da classe trabalhadora está claramente vinculado às condições materiais, mas não se esgota nesta dimensão, pois também se articula a ela, a consciência que deve ser manifestada na luta por um amplo projeto de uma sociedade emancipada.

Nesse sentido, entende-se que o cooperativismo pode ser um instrumento estratégico utilizado nesta luta, porém poderá servir para este projeto se for utilizada de forma consciente e estrategicamente pelos trabalhadores.

De acordo com Lopes (2012, p. 227), esse se constitui um dos “[...] maiores e mais importantes desafios para os setores organizados e conscientes da dimensão da complexidade das condições objetivas da sociedade capitalista na atualidade: a criação e sustentação de mecanismos de luta e resistência.”

Considerando tais indicações, o encaminhamento desse trabalho, em termos metodológicos, privilegiou a adoção de instrumentos amparados na abordagem marxista e no método dialético. A pesquisa envolveu uma investigação teórica e empírica com base qualitativa.

No que concerne aos estudos teóricos realizou-se o levantamento e revisão bibliográfica sobre as seguintes categorias: cooperativismo, lutas sociais, consciência, cooperação agrícola, embasada em uma fundamentação marxista.

A pesquisa empírica foi realizada em dois momentos: 2011 e 2013. A primeira com realização de entrevista direcionada ao dirigente do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SPCMA/MA), em seguida deu-se encaminhamento à pesquisa documental.

Fez parte da etapa documental, a realização de visitas à sede do MST em São Luís, com o intuito de identificar e levantar os documentos pertinentes à temática. Foi possível coletar vários cadernos de cooperação agrícola e Cadernos de Formação, material importante para a visualização e identificação do padrão de evolução e do nível de desenvolvimento alcançado pelo cooperativismo no interior do movimento.

O segundo momento da pesquisa aconteceu em 2013, envolvendo visitas à sede da Coopera e da regional de Açailândia. Foi realizadas entrevistas com o dirigente do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Estado do Maranhão; dirigentes do setor de produção de duas regionais: Açailândia e Imperatriz; com dois membros da coordenação estadual do movimento e com alguns assentados que fazem parte do quadro social da COOMARA uma das cooperativas recentemente reativadas pelo Movimento (ver Apêndices A e B).

O objetivo de tais entrevistas era verificar como se deu o processo histórico de formação e consolidação do cooperativismo no movimento no Estado do Maranhão, bem como identificar de que forma o cooperativismo tem contribuído na organização política e econômica dos assentados.

A divisão e organização do trabalho, compreendeu uma estrutura que envolve além da presente introdução, dois capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, expõem-se os fundamentos históricos do estudo, apresentando o cooperativismo como instrumento contraditório no processo de luta dos trabalhadores. É importante destacar que o cooperativismo desde sua origem apresenta-se nesta perspectiva, pois as experiências iniciais não vieram para mudanças estruturais, mas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, que não tinham suas necessidades atendidas através do trabalho no inteiro do sistema capitalista.

No subitem 1, retoma-se o sentido ético emancipatório do cooperativismo às discussões teóricas dos socialistas utópicos. O debate sobre a possibilidade de superação do capitalismo pelo cooperativismo não é nova, sendo hoje reatualizada nas propostas da chamada Economia Solidária.

Esta talvez seja a questão fundamental de grande tensão do debate sobre o movimento cooperativista na atualidade.

A bibliografia consultada sobre o tema sugere que o cooperativismo foi interpretado por esses pensadores como uma forma de organização viável e alternativa ao quadro de intensa exploração que se instalou, sobretudo na Inglaterra e França, na segunda metade do século XIX.

Cabe pontuar que nesse item teve-se a preocupação em apresentar, ainda que de forma ilustrativa, um painel destas experiências, embora se tenha claro sob o ponto de vista crítico, o papel idealizante da proposta dos referidos pensadores, no sentido de refletir sobre a ideia de mudança societária do capitalismo pela via do cooperativismo.

Entende-se que, ao trazerem em suas propostas o cooperativismo como uma alternativa na construção de uma nova sociedade, os socialistas utópicos desconsideraram os determinantes econômicos e políticos da organização da estrutura social em classes sociais antagônicas, dando um caráter romântico e voluntarista à interpretação desses idealistas.

Essa dimensão aponta para a possibilidade de manutenção de um consenso no operariado e na fragmentação da sua organização política na medida em que instaura um conformismo entre os operários na busca pelo atendimento das suas necessidades imediatas, contribuindo no adiamento da luta pela concretização de uma mudança social. Tal polêmica, entretanto, não inviabilizou a compreensão da história do cooperativismo na organização do movimento operário, no sentido de contribuir para o resgate da sua capacidade organizativa e reivindicatória.

O subitem 2 traz elementos deste determinante, porém pontuando as inconsistências das interpretações pelas correntes no interior do movimento operário, abarcando as perspectivas do reformismo, reforma e revolução, para a qual se situou os estudos de Proudhon, Bernstein, Engels, Rosa Luxemburgo e Lênin.

Nesse sentido, tem-se a clareza de que o cooperativismo constitui uma estratégia histórica contraditória, que deve ser analisada de forma consciente pelos trabalhadores, na medida em que seus determinantes históricos imprimem-lhes duas perspectivas, ao mesmo tempo: uma utilizada nas propostas pró-idealistas de livre mercado, que apresenta uma dimensão político-ideológica, visando a atender aos interesses capitalistas; e a outra, expressa uma alternativa de resistência e luta organizada pelos trabalhadores contra intensa exploração conduzida por este sistema. Tais perspectivas são apresentadas neste trabalho.

A primeira abordada no subitem 3 ainda do primeiro capítulo, trouxe a configuração do cooperativismo no contexto da reestruturação capitalista em curso, sendo este um mecanismo utilizado no Brasil para flexibilização do trabalho, a partir dos processos de terceirização.

A segunda perspectiva apresentada, no segundo capítulo, abordou a discussão do cooperativismo enquanto uma alternativa utilizada pelos trabalhadores no esforço de desafiar as estruturas de dominação vigentes.

Nesse sentido, demarcou-se a experiência organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ilustração mais emblemática, conhecida e apontada por vários autores Singer e Souza (2003), Dal Ri (1999), Silva (2002), como uma importante referência de organização produtiva dos trabalhadores, explicitamente no campo contra a dominação capitalista.

O recorte empírico, para análise da experiência do cooperativismo inscrito no MST, partiu do entendimento de que as iniciativas organizadas por este movimento têm mantido o poder organizativo dos camponeses na continuidade do processo de luta em prol da realidade brasileira. Diversamente do aconteceu nos anos 1990 com os demais movimentos populares, o MST tem conseguido manter-se ativo quanto a influência da agenda pública e reativo ao avanço do capitalismo no campo, empreendendo uma série de ações internas de estruturação que, segundo Petras (2008), tem sido justificadoras de sua força política.

Assim, no segundo capítulo discute-se sobre a especificidade da luta e da resistência no campo a partir do MST, buscando-se analisar a organização da experiência cooperativista a partir da realidade maranhense, sem perder de vista a discussão sobre questões polêmicas que giram em torno dessa estratégia.

Nas considerações finais serão tecidas as contribuições que tais experiências trouxeram para que o processo de luta contra a exploração capitalista se mantenha vivo, sobrepondo-se a ideia de que não seja possível criar alternativas contra as formas de dominação do capital, ainda que o cooperativismo seja organizado de forma consciente.

2 O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO CONTRADITÓRIO NO PROCESSO DE LUTA DOS TRABALHADORES: antecedentes históricos e tendências atuais

As condições que demarcaram a emergência do cooperativismo devem ser contextualizadas entre os fins do século XVIII e início do século XIX, momento das primeiras formas de organização e de luta do operariado, constitutivas do produto necessário das contradições que, no interior do capitalismo, opõem o capital do trabalho.

Dessa forma, neste capítulo, faz-se uma recuperação histórica do cooperativismo apresentando uma visão panorâmica dos seus determinantes a partir dos socialistas utópicos. Destaca-se o limite da tese desses pensadores, na medida em que postularam a constituição de uma *Nova Sociedade* pela via do cooperativismo, descontextualiza do processo antagônico da luta de classes.

Problematizando esta questão, expõe-se o debate no interior do movimento operário acerca das perspectivas reformista, reformadora e revolucionária, às quais situaram o cooperativismo como instrumento importante na organização e condução do referido movimento.

Por fim, apresenta-se, no bojo da reestruturação produtiva, o cooperativismo reatualizado como instrumento contraditório, na medida em que comparece como uma alternativa aos trabalhadores, no atual quadro de cronificação do desemprego estrutural, podendo ser utilizado ainda, nas suas formas de luta e resistência contra o capital; como também, o cooperativismo pode comparecer atendendo aos interesses capitalistas, como um dos mecanismos estratégicos na flexibilização das relações de trabalho.

2.1 As experiências dos socialistas utópicos e as bases para a construção de uma nova sociedade

A história da luta dos trabalhadores contra o capital exibiu várias formas, tendo no movimento cooperativista suas primeiras experiências. Estas podem ser claramente traduzidas como parte da reação e resistência dos trabalhadores às novas condições de existência, agravadas com a introdução das inovações tecnológicas no processo produtivo.

O desenvolvimento das forças produtivas, vinculado à intensa modificação nos processos e nas relações de produção com a incorporação das máquinas, atingiu diretamente o operariado em suas condições de trabalho e de existência material.

A revolução tecnológica deu início a um processo de transformação produtiva acelerada afetando todos os campos da vida social, mas, sobretudo, a condição de vida dos trabalhadores na Europa, que experimentavam as consequências da intensa exploração capitalista, cuja resultante foi um acentuado quadro de miséria e pauperização.

Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio concorrencial (NETTO, 2004, p. 42).

Tal pauperismo começa a se expandir em um contexto de ampla expansão das forças produtivas, através da incorporação das máquinas no interior do processo produtivo.

A maquinaria viria a alterar definitivamente o modo de produção baseado no artesanato e na manufatura que o antecederia. “Revolucionou radicalmente o modo de produção, imprimindo-lhe vertiginosa velocidade de expansão e fazendo da revolução técnica um fenômeno permanente da vida social.” (TEXEIRA, 2002, p. 17).

Inaugurou, ainda, mudanças na composição da força de trabalho com a incorporação de todos os membros da família dos trabalhadores. Como analisa Marx:

À medida que a maquinaria torna a força muscular indispensável, ela se torna meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho, de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo, nem idade, sob o comando imediato do capital. (MARX, 1985, p. 23).

Para este autor, a maquinaria usurpou do trabalhador não somente sua capacidade física com ampliação da força de trabalho, mas confiscou seu tempo de vida e expropriou suas condições materiais de existência, mediante a extração da mais valia.

Impôs, ainda, uma nova dinâmica industrial: prolongamento da jornada de trabalho, concentração de mão-de-obra nas cidades, afetando, também o campo.

Tanto na agricultura, quanto na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece, ao mesmo tempo, como martirólógio dos produtores, o meio do trabalho como um meio de subjugação, exploração e pauperização do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e autonomia individuais. (MARX, 1985, p. 102).

A transformação em curso proporcionou uma profunda mudança demográfica ocasionada pela migração dos trabalhadores do campo para as cidades, realocando a população em grandes concentrações.

Sob o ponto de vista de Teixeira (2002, p. 20), as transformações estruturais do capitalismo acarretaram condições verdadeiramente desumanas de vida, em termos de: “[...] habitação, alimentação, vestuário e condições de trabalho, nas quais jornadas de 16 a 18 horas diárias, em locais infectos e mal iluminados, contra salários baixíssimos, era a norma.”

Em face desse quadro, os trabalhadores iniciam as estratégias que se opõe frontalmente a essa intensa exploração. Da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas: a organização Luddista, a constituição das Trade Unions⁴, os conselhos operários, até a constituição das cooperativas.

Marx (1985) apontou que partir da introdução da maquinaria⁵ o trabalhador passou a combater o próprio meio de trabalho, revoltando-se contra essa forma determinada do meio de produção.

Assim, a Europa passou a vivenciar a revolta dos trabalhadores contra as máquinas, que obteve uma dimensão significativa em 1811, quando os operários destruíram uma oficina têxtil em Nottingham, na Inglaterra.

Sem dúvida o *Luddismo* demonstrou seu potencial ao esboçar as bases para o desencadeamento da própria organização do movimento operário.

Essa forma inicial de resistência acabou por evoluir para um terreno mais político, “[...] tendo como bandeira de luta o direito pelo voto, mais de 60 mil

⁴ Trade Unions foram organizadas sob forma de associações de base ou por ofício e iriam se constituir nos primeiros sindicatos, com vistas à obtenção de melhores condições de trabalho e de vida para os operários.

⁵ O livro do Capital Marx (1985) aponta que essa forma inicial de resistência, através da destruição maciça de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os 15 primeiros anos do século XIX, pelo empenho do tear a vapor, ficou conhecida como movimento *Luddista*.

operários fizeram uma manifestação em Manchester pelo Sufrágio Universal.” (TEIXERA, 2002, p. 21). Tal movimento, ficou conhecido como Cartismo.

Considerado um dos maiores movimentos de massa da história britânica, conquistou avanços tais como: “[...] proibição do trabalho subterrâneo das mulheres nas minas, criação de inspetores de minas, extensão da legislação à indústria da seda, jornada e trabalho de 12 a 10 horas para jovens e mulheres.” (MEDEIROS, 2008, p. 39).

Conseguiram outras mudanças efetivas tais como: em 1883 a criação da Lei de Proteção ao Trabalho Infantil, em 1836 a Lei de Imprensa, e em 1837 a Reforma do Código Penal.

Em síntese, o Cartismo impulsionou em escala histórica um novo estágio do desenvolvimento do movimento operário, deixando a pura posição defensiva para uma ação mais política.

Além das formas coletivas de caráter massivo de organização, a classe operária também passou a se opor à gestão patronal a partir da constituição de associações de produção e consumo.

O aprofundamento da miséria e degradação da saúde dos trabalhadores direcionavam os sindicatos a organizarem-se por melhores condições de trabalho. Assim, as cooperativas passaram a ser criadas como alternativa para que os trabalhadores pudessem escapar dos efeitos e das condições de trabalho desumanas das fábricas capitalistas.

Estavam postas as bases da criação das primeiras formas associativistas que tem sua emergência nas experiências dos *socialistas utópicos*⁶ a sua principal materialização.

A motivação desses pensadores foi desencadeada pelas condições objetivas alinhadas à crise econômica da época de suas nações (fins do século XVIII e início do século XIX).

⁶ Mencionando a historicidade do termo *socialistas utópicos*, Teixeira (2002) aponta que a palavra *socialismo* surgiu na década de 30 do século XIX, primeiramente em oposição ao individualismo, depois passou a ser associada ao movimento de formação de cooperativas e somente mais tarde ganhou seu conteúdo atual, reportando-se a um sistema social contrário ao capitalismo. Já com referência ao termo *utopia* o autor menciona que “[...] a palavra passou a designar projetos sociais, concebidos de forma quimérica, sem atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos, de sua construção, sendo, por isso, não realizáveis, como incapazes de superar inteiramente as instituições e a ideologia da sociedade que recusam.” (TEIXEIRA, 2002, p. 28).

Baseados na crença de uma transformação social total a partir da organização de experiências concretas, seus principais representantes foram: Charles Fourier, Saint Simon e Robert Owen.

Situando historicamente o pensamento dos socialistas utópicos, Teixeira (2002, p. 29) aponta que nisso consistia exatamente as suas utopias:

Deslumbrados com os avanços da ciência, tinham uma fé inabalável na razão e na onipotência do pensamento, acreditando, por isso, que a educação, e a universalização do conhecimento científico como o único caminho para transformar a sociedade e o homem. Assim, a designação utópica terá esse exato sentido: projetos de organização da sociedade, desligados da realidade política e social da época, e na fé inabalável na ciência e na educação como meios de transformação da realidade

A exemplo da França onde a miséria se espalhava, Fourier declarou:

Deveríamos fazer uso da associação, para subir na escala social, e não permanecer eternamente nesse abismo de misérias e ridículos, chamada de civilização, que, com suas proezas industriais e suas torrentes de falsas luzes, não consegue garantir ao povo trabalho e pão. (FOURIER 1829 apud TEXEIRA, 2002, p. 76)

Por isso, o autor idealizou um tipo de comuna, o falanstério, onde todo o trabalho, seus frutos e toda a riqueza produzida seriam sustentados por uma ordem distributiva que garantisse a repartição e participação da classe pobre no crescimento do produto.

Ao fazer referência sobre a formação e constituição de nova ordem societária denominada de *Novo Mundo Industrial*, Fourier (1829 apud TEIXEIRA, 2002) propôs a divisão das tarefas produtivas. Nas palavras do autor:

Veremos os desocupados, e até mesmo os pequenos senhores, levantar-se às quatro da manhã, no inverno e no verão, para se dedicar com entusiasmo às atividades úteis, cuidando dos jardins e quintais, dos serviços domésticos, fábricas e outras atividades que costumam inspirar desprezo à classe rica. (FOURIER, 1829 apud TEIXEIRA, 2002, p. 68).

A riqueza produzida será ilusória nesse novo mundo, se não estiver sustentada por uma ordem distributiva que garanta a repartição proporcional e participação da classe pobre nesse crescimento de produto (FOURIER, 1829 apud TEIXEIRA, 2002).

Com isso, Fourier (1829 apud TEIXEIRA, 2002, p. 67) afirmava que na *sociedade do Novo Mundo* o trabalho, tinha um sentido diferente, pois, era “[...] desenvolvido com prazer, garantindo a permanência do povo no campo e a obtenção do mínimo de que necessitam.”

De acordo com essa percepção, vê-se no autor um apego ao rural e certo desprezo pela modernidade e urbanização, trazidos pelo progresso da indústria. Em sua análise sobre a organização dos falanstérios Fourier (1829 apud TEIXEIRA, 2002, p. 77) explicitou:

[...] cada um percebe que o mundo social não atingiu sua finalidade, e que o progresso da indústria não é senão uma ilusão para a multidão. Na Inglaterra tão aclamada, metade da população é obrigada a trabalhar dezesseis horas por dia, uma parte em oficinas infectas, para ganhar sete soldos franceses em um país onde a subsistência é mais cara que na França.

De acordo com a referência de Silva (1998), o pensamento de Fourier caracterizou-se por certa nostalgia ao passado e pela aspiração do retorno a terra – em oposição à empresa urbana – pois defendia a constituição de comunas agrícolas autossuficientes, com a organização do trabalho com base igualitária.

Entretanto, analisando as condições concretas da constituição desse novo modo de organização da produção, Fourier considerou que era necessário distinguir os benefícios positivos e negativos desta proposta, pois, também “[...] a associação podia ser estabelecida em toda parte em benefício da exploração, para produzir aos que não fazem nada.” (FOURIER, 1829 apud TEIXEIRA, 2002, p. 83).

O citado autor concebeu que a organização da sociedade sob o “[...] molde associativo das falanges somente teria efeito quando fosse substituída a concorrência individual, não solidária, mentirosa, complicadora e arbitrária pela concorrência corporativa, solidária, verídica, simplificadora e garantida.” (FOURIER, 1829 apud TEIXEIRA, 2002, p. 85).

Outro expoente do socialismo utópico foi Saint Simon, sua influência no pensamento francês do século XIX teve grande repercussão, tendo como discípulos os filósofos Auguste Conte e Auguste Thierry.

Presenciou a Revolução Francesa, que estourou quando ainda não alcançava os trinta anos. Simon foi um crítico profundo da ordem social vigente naquele momento, denunciando a ociosidade da elite francesa. Segundo ele:

[...] os sábios os artistas os artesões, que são os únicos homens cujas atividades são de utilidade positiva para a sociedade, e que não custam quase nada, são subalternizados pelos príncipes e por outros governantes, que não passam de indivíduos rotineiros mais ou menos incapazes, pois os que outorgam consideração e outras recompensas nacionais não devem, em geral, a preponderância de que desfrutam senão ao acaso do nascimento, à bajulação, à intriga ou a outros procedimentos pouco louváveis. (SIMON apud TEIXEIRA, 2002, p. 60).

Para ele, a tarefa do governo seria organizar a economia, devendo o Estado formar-se por uma elite técnica. Dessa forma subscreve:

Existe um grande número de franceses em condições de exercer as funções de irmão de rei, tanto quanto o atual; muitos são capazes de ocupar os lugares de príncipes, tão convenientemente quanto o duque de Angoulême, quanto o duque de Orleans, quanto o duque de Bourbon, muitas francesas seriam tão boas princesas quanto a duquesa de Angoulême, a duquesa de Berry, ou as senhoras de Orleans, de Bourbon e de Condé. (SIMON apud TEIXEIRA, 2002, p. 60).

Portanto, os privilegiados constituíam em ociosos, que eram não só os antigos proprietários, mas todos aqueles que viviam de rendas, sem intervir na produção e no comércio.

Apesar das contribuições de Simon e de Fourier, sobre a constituição das alternativas econômicas associativas, a bibliografia sobre o tema reconhece que foi Owen que se constituiu como fundador da tradição intelectual do cooperativismo, pois, além da influência pioneira das suas ideias, ele participou diretamente da fundação das primeiras comunidades cooperativas.

Owen planejou a construção de aldeias cooperativas com recursos estatais, nas quais o erário criaria demanda para elevar a produção e o emprego (MEDEIROS, 2008).

A análise histórica das propostas de Owen assentou-se na defesa de uma sociedade auto-gerida. Com base nisso, ele montou uma fiação na Escócia em meio à comunidade operária e promoveu serviços comunitários de educação, saúde e assistência, os quais passaram a ser administrados de forma autônoma.

Para ele, os elementos da ciência social deveriam contribuir para criar medidas práticas, mas nunca foram reunidos em um sistema capaz de assegurar a todos: educação, unidade, riqueza, caridade, progresso e felicidade (OWEN, 1836 apud TEIXEIRA, 2002).

Dessa forma, para formação de um sistema justo e igualitário, ele revelou que:

Seria desejável que o governo estabelecesse vários núcleos ou associações-modelo, contendo de 500 a 2.000 habitantes, em prédios convenientes, para produzir e conservar uma variedade de produtos e ensinar e dar às crianças uma educação adequada. Cada estabelecimento possuiria um terreno suficiente para alimentar a população e combinar a agricultura e a jardinagem, as artes e ofícios, e, em alguns casos, mineração e pesca. Todos os planos e detalhes de uma associação como essa foram apresentados pelo autor, sob o título de: Desenvolvimento dos princípios e planos para a formação de colônias no interior. (OWEN, 1836 apud TEIXEIRA, 2002, p. 129).

Somente com esse sistema se alcançaria a igualdade; e as disputas relacionadas com as riquezas cessariam, tão logo fossem adotadas disposições para produzir fartura de maneira fácil e atraente (OWEN, 1836 apud TEIXEIRA, 2002).

Em sua proposição, todos deveriam ser igualmente providos de todos os objetos úteis, da melhor qualidade em conformidade com seus talentos. Nas propostas do autor, o estabelecimento dessa mudança traria um melhor direcionamento produtivo para as indústrias.

Quando a sociedade for reorganizada sobre os princípios fundamentais e existirem arranjos adequados à ciência social para produzir, conservar e distribuir riquezas, e isso como passatempo e exercício agradável, não haverá mais motivo para se fadigar, cuidando da propriedade; querer acumular será tão insensato quanto querer engarrafar um rio que nunca seca. (TEIXEIRA, 2002, p. 139).

Embora ele tenha contribuído e convertido suas ideias em uma experiência prática, sua proposta nunca foi amadurecida ao ponto de se converter em uma possibilidade concreta de mudança social.

Lênin (1980, p. 658) exprimiu que as ideias dos três socialistas utópicos revelam um caráter fantástico da concretização de um sonho, porém advertindo que “[...] uma coisa é fantasiar sobre toda espécie de associações operárias para a construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo.”

Contudo, apesar de Lênin (1980) ter compreendido que as indicações dos socialistas permaneceram no campo da utopia, ele não invalidou o aprendizado contido em suas experiências. Considerou como um marco para a organização dos trabalhadores principalmente as experiências de Owen, no sentido do amadurecimento do processo.

Engels ([1980], p. 36) esboçou as características similares aos três socialistas utópicos, apresentando o traço comum entre eles:

[...] os três não atuavam como representantes dos interesses do proletariado, que, entretanto, surgira como um produto histórico. Da mesma maneira que os enciclopedistas, não se propõe, emancipar primeiramente uma classe determinada, mas de cofre, toda a humanidade.[...] Em Saint Simon viu a amplitude genial de sua visão, que lhe permite conter, já em germe, quase todas as ideias não estritamente econômicas dos socialistas posteriores, em Fourier é a crítica engenhosa autenticamente francesa, mas nem por isso menos profunda, das condições sociais existentes. Fourier pega a burguesia pela palavra, [...] Fourier não é apenas um crítico; o seu espírito sempre jovial faz dele um satírico, um dos maiores satíricos de todos os tempos.

Outro socialista mencionado por Engels ([1980], p. 39-40) foi Robert Owen. Dele registrou sua contribuição aos progressos reais no interior do movimento operário na Inglaterra:

Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra no interior da classe trabalhadora, estão ligados ao nome de Owen. [...] Foi ele quem presidiu o primeiro congresso em que as *trades-unions* de toda a Inglaterra se fundiram numa grande organização sindical única. E foi ele também quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organiza-se de maneira integralmente comunista, por um lado, as cooperativas de consumo e de produção.

Porém, o referido autor percebeu as limitações e ambiguidades das ideias dos socialistas utópicos e se posicionou em relação a elas, expressando que “[...] novos sistemas sociais criados por estes pensadores, nasciam condenados a mover-se no reino da utopia, quanto mais detalhados e minuciosos fossem, quanto mais tinham que degenerar em puras fantasias.” (ENGELS, [1980], p. 31).

Importa destacar que as experiências dos socialistas utópicos, ainda que de forma incipiente, marcaram profundamente as formas de lutas e de organização do movimento operário. Contudo, apresentaram várias inconsistências para as quais se apontam algumas reflexões.

As ideias dos socialistas utópicos, apesar de pioneiras, não possibilitaram em nada a mudança de estrutura social. A ausência de uma estratégia política, organizativa por parte dos seus pensadores, condenou suas experiências à impotência do alcance ao chamado *Novo Mundo*, pela via do cooperativismo. Este ficou debandado a permanecer como uma modalidade de organização do trabalho e da produção, restrita a uma perspectiva isolada, ainda que pudessem ter garantido certo benefício aos operários.

Dessa maneira, por mais que os utópicos tenham obtido a crença de que as cooperativas fossem úteis na redução da exploração, o trabalho associativo jamais poderá deter a expansão do monopólio do capital, nem acabar, tão pouco, com a reprodução da miséria.

Os socialistas utópicos preconizaram ainda um igualitarismo grosseiro sem refletir sobre a estrutura de classe social, não chegando, se quer, a problematizar sobre a questão da propriedade privada.

É importante considerar que a experiência dos utópicos dissipou a possibilidade da criação de uma consciência identitária de classe, na medida em que seus projetos abarcariam toda a sociedade.

Enxergaram o cooperativismo como uma forma pacífica, romântica e paulatina de alcance para a transformação social, sem a ter dado a conotação da existência da luta de classes. Dessa forma, concorda-se com o pensamento de Marx (1982, p. 82) de que:

[...] para se converter a produção social num sistema harmônico e vasto de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade, que só se podem conseguir mediante a passagem das forças organizadas da sociedade, quer dizer, do poder político das mãos dos capitalistas e proprietários de terras para as mãos dos produtores.

As idéias do referido autor sobre o cooperativismo são claras ao repudiar a possibilidade de transformação social por meio de tal estratégia. Ele se posiciona afirmando que somente a conquista do poder político, pela classe operária, poderá garantir mudanças na forma social de produção.

Dessa forma, compartilha-se do entendimento do autor em questão, que “[...] a conquista do poder político vem a ser, portanto, o grande dever da classe operária.” (MARX, 1982, p. 12), ou seja, elemento central na luta por uma sociedade emancipada.

Esta não será alcançada por meio do cooperativismo. Portanto, Marx chama atenção para a concentração da força do movimento operário em objetivos estratégicos e não em perda de tempo reformista, para a qual às propostas de Lassalle e Berstein se alinhavam.

O cooperativismo fez parte dos planos estratégicos da prática política reformista que entendia que:

Para preparar o caminho para a solução do problema social, o Partido Operário Alemão exige que se criem cooperativas de produção, com a ajuda do Estado e sob controle democrático do povo trabalhador. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção deverão criar-se em proporções tais, que delas surja a organização socialista de todo trabalho. (MARX, 1982, p. 21).

Tal proposta foi rebatida por Marx (1982, p. 21), que fez uma crítica severa dizendo que:

Esta fantasia de que com empréstimos do Estado se pode construir uma nova sociedade como se constrói uma ferrovia, é digna de Lassalle [...] Um povo trabalhador que, pelo mero fato de apresentar estas reivindicações ao Estado, exterioriza sua plena consciência de que nem está no poder nem se acha com maturidade para governar [...] o verdadeiramente escandaloso não é tampouco que se tenha levado ao programa esta cura milagrosa específica, se não que se abandone o ponto de vista do movimento de classes para retroceder ao movimento de seitas.

Marx critica a ideia da corrente *Lassalleana* de promover a luta do operariado na criação de cooperativas de produção com o auxílio do Estado Burguês prussiano. Na sua crítica ao programa de Gotha, o autor afirma que esses equívocos só serviriam para desmoralizar um programa que se pretendia revolucionário.

Silva (1998) aponta que o pensamento de Lassalle alinhou-se a proposta centralizadora de Napoleão que procurava enfraquecer a luta do proletariado francês estimulando, com prêmios em dinheiro, a formação de cooperativas de trabalhadores.

Napoleão, evidentemente por fortes razões, incentivou oficialmente o cooperativismo, com vistas a conter qualquer revolta por parte dos operários. Aponta-se que isso levou a uma inversão completa dessa estratégia, na medida em que esse incentivo dava-se sob tutela política e Estatal.

É possível admitir, desse modo, que do ponto de vista estratégico, o cooperativismo foi utilizado como instrumento que serviu de fundamento às propostas reformistas da perspectiva da social democracia.

Ao que tange o movimento operário, o cooperativismo suscitou, ao mesmo tempo, uma maneira de inquietar a ordem social, mas de outra, gerou um grau de conformismo político, em sua linha reformista, o que coloca o seu caráter contraditório.

Dessa forma, verificar-se-á a contribuição do cooperativismo na condução do movimento operário, esboçando, através de alguns autores, o debate sobre as contradições inerentes dessa experiência na organização do trabalho coletivo assumido pelos trabalhadores. Para isso, situa-se a perspectiva dos Reformadores Sociais (liberais moderados) dos quais se destaca os Socialistas Ricardianos, a dos Reformistas (privilegiando Bernstein) e a dos Revolucionários, com ênfase para a interpretação de Rosa Luxemburgo, Marx e Engels.

Estes últimos nos dão a pista para entender o papel das cooperativas como as primeiras formas de ruptura com o capitalismo, pois suprimem a oposição entre capital e trabalho, porém sem desconsiderar seus limites e seu caráter contraditório.

2.2 A organização do movimento operário e a construção da cooperação agrícola

A referência do cooperativismo se apresentou com forte presença no interior do movimento operário nas diferentes perspectivas: dos liberais moderados, dos democratas radicais e dos socialistas. Até 1815 tais perspectivas buscavam convergir suas propostas em torno de programas e aspirações contra os governos absolutistas. Contudo, a partir de 1830 verifica-se a desintegração desta frente.

Na perspectiva dos Reformadores Sociais (liberais moderados) a integração da classe operária deveria se dá através do mutualismo e das associações.

Tinham a preocupação em afastar os efeitos devastadores do desenvolvimento econômico tendo como proposta a recuperação das antigas estruturas de assistência confessional.

A política social que preconizavam não deveria ser somente de responsabilidade do governo, mas de cidadãos esclarecidos que deveriam assumir voluntariamente o exercício da proteção das classes populares (MEDEIROS, 2008, p.37).

Buscavam a solução dos problemas sociais e econômicos por intermédio da cooperação através da fundação das sociedade mutualistas que dará base na criação das cooperativas autogeridas.

Acreditavam que a propriedade privada poderia ser suplantada pela criação de cooperativas organizadas pelos trabalhadores.

Assim, cooperativismo aparecerá nas propostas de Proudhon, Louis Blanc e Thompson. Todos estes pensadores também foram chamados Socialistas Ricardianos, pois fizeram uma leitura “[...] de Smith, Ricardo e mesmo Mathus, de onde retiraram uma teoria da luta de classes [...] como usaram os ensinamentos da economia política para dela derivar uma moral revolucionária, contrária à ordem burguesa.” (TEIXEIRA, 2002, p. 30).

O primeiro deles, o Francês Proudhon, envolveu-se na cena política desde 1830. Um dos elementos centrais de sua discussão passava pela questão do crédito. Acreditava em um sistema de empréstimo sem juros para os pequenos proprietários, condenados com a concorrência capitalista. Dessa forma, os

trabalhadores poderiam recorrer a fundos que pudessem assegurar sua produção pelo menos por algum tempo.

Com vistas à materialização desta proposta, Proudhon concebeu a criação do Banco do Povo, que além de possibilitar o acesso crédito a juros reduzidos aos trabalhadores, iria contribuir na reforma econômica necessária para organização do trabalho autogestionário.

Em sua tese, defende o mutualismo pois acredita esta estratégia irá fornecer subsídios para o associativismo e o cooperativismo. Segundo ele:

Através das relações mutualistas poderiam ser promovidas redes de solidariedade social capaz de assegurar a harmonia e o equilíbrio entre as gerações, desde que façam da concorrência, da entrada e da saída de capitais e do monopólio, um benefício, uma igualdade política entre os cidadãos e uma garantia de seguridade a todos. (PROUDHON, 1974, p. 358 apud PAGOTTO, 2003, p. 3).

Assim, o mutualismo seria uma forma de reerguer a organização da economia e da política.

Porém, sua idéia de que as cooperativas poderiam acabar com a exploração de classe e a mudança social a partir dos ideais de fraternidade, foi derrubada na luta marxista contra as ilusões do cooperativismo (SILVA, 1998).

Outro importante personagem da história política da França foi Louis Blanc. Esteve presente nos acontecimentos de 1848 sendo convidado a fazer parte do governo Provisório em Paris.

Defendia a associação e a cooperação para que todos pudessem desfrutar do progresso moral e material; a associação fraternal e a adesão voluntária deveriam se dá através da criação de associações operárias de produção (TEIXEIRA, 2002).

Blanc preconizava a criação de associações em que cada um seria co-proprietário. As sobras, resultados do trabalho, seriam divididas em três partes: uma para os operários, outra para os doentes e a última para a aquisição de novos meios de produção.

Sua idéia previa a criação de um banco do povo e de sindicatos e sociedades mutualistas que deveriam encarregar-se de dirigir empresas, comprando terras e bens de capital com certificados de trabalho (TEIXEIRA, 2002, p. 37).

O terceiro, Wilian Thompson, de acordo com Teixeira (2002), foi o mais original dos socialistas ricardianos, acerca do cooperativismo recebeu forte influência de Owen, e defendia uma sociedade planejada formada por comunidades coordenadas, autogeridas e cooperativadas. Essa comunidade seria organizada da seguinte forma:

Seus membros poderiam adquirir os bens necessários em uma loja comum. As crianças seriam educadas na comunidade, usando um dormitório e uma cozinha que seria comum a todos. A divisão do trabalho não teria por base o gênero, sendo estabelecido um revezamento de tarefas, abarcando inclusive aquelas que eram consideradas tipicamente femininas. Todos os membros das comunidades teriam acesso à melhor educação e gozariam de absoluta liberdade política. A riqueza seria dividida. (TEIXEIRA, 2002, p. 37).

O cooperativismo fez parte dos planos estratégicos da prática política reformista, que entendia que “para preparar o caminho para a solução do problema social, o Partido Operário Alemão exigia que se criassem cooperativas de produção, coma ajuda do Estado e sob o controle democrático do povo trabalhador.” (MARX, 1982, p. 21)

Marx critica a proposta da corrente Lassalleana de promover a luta do operariado na criação de cooperativas com o auxílio do Estado Burguês prussiano. Na crítica ao Programa de Gotha, Marx aponta isto ta proposta seria um equívoco, e que serviria para desmorronar um programa que se pretendia revolucionário.

Da perspectiva reformista destaca-se Bernstein, pois ele inseriu o debate de uma posição reformista no interior do movimento operário europeu, argumentando que o cooperativismo seria um dos meios de se chegar, gradualmente, ao socialismo.

O seu socialismo deveria ser realizado por meio de reformas seguindo dois meios: os sindicatos e as cooperativas.

Aos sindicatos Bernstein atribuiu uma missão particular na luta pela emancipação da classe operária dizendo: “[...] são eles que devem travar a luta contra a taxa de lucro industrial, transformando-a progressivamente em taxa de salário.” (BERNSTEIN apud LUXEMBURGO, 1970, p. 82).

Já sobre as cooperativas, considerava que proporcionariam como resultado um controle cada vez maior dos trabalhadores sobre as condições de produção, restringindo os direitos dos proprietários do capital, até reduzi-lo a condição de simples administrador (LUXEMBURGO, 1970). Pronunciou ainda que o

cooperativismo introduziria um modo de repartição justa do lucro e teria por tarefa a redução progressiva da exploração capitalista.

Entretanto, Luxemburgo (1970, p. 78) contesta a sua ideia de que a reforma socialista baseada no sistema de cooperativas, suprimiria o lucro comercial e a exploração do trabalhador, afirmando que:

As cooperativas e, sobretudo, as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas.

Para referida autora, as cooperativas somente se manteriam vivas no mercado se lançassem mão de todos os métodos conhecidos pelas empresas capitalistas: intensificando o trabalho, contratando e dispensando a força de trabalho, conforme as suas necessidades (LUXEMBURGO, 1970).

Dessa forma, essas organizações tendem a diluir-se e transformar-se em empresas capitalistas. Luxemburgo (1970, p. 80) segue complementando que a cooperativa de consumo seria a única que suprime esta relação:

Do que resulta que a cooperativa só pode assegurar a sua existência no seio da economia capitalista quando suprime, por um rodeio, a contradição que recebe entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se artificialmente às leis da livre concorrência. Só o pode fazer assegurando antecipadamente um mercado, um círculo constante de consumidores. A cooperativa de consumo fornece uma via.

A referida autora indica que as duas teses de Bernstein estariam equivocadas. Acerca dos sindicatos, esta forma seria incapaz de impor o domínio da classe operária no processo de produção; e sobre a segunda, indica que quando Bernstein apresenta as cooperativas como principal base da projetada reforma socialista, “[...] ele abandona a luta contra o capital comercial, atacando apenas os ramos secundários do tronco capitalista.” (LUXEMBURGO, 1970, p. 81).

A acepção programática do socialismo, através da cooperativa de produção, iria se diluir na limitação dos pequenos mercados locais. Segundo pontua Luxemburgo (1970, p. 80-81):

[...] as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média.

Para Pagotto (2003), a realização destas cooperativas (de produção ou de consumo), se estabelece, nos limites das lutas internas por melhores mercados consumidores; reduzindo a luta contra o capital a uma luta contra os pequenos ramos do capitalismo.

Contraopondo-se ao conjunto das teses de Bernstein, Rosa Luxemburgo (1970, p. 10) afirma que toda sua teoria visa a uma única coisa: “[...] conduzir-nos ao abandono do objetivo último da socialdemocracia, a revolução social, e fazer da reforma social, simples meio de luta de classes, o seu fim último.”

Nesse sentido, a utilização do cooperativismo e do sindicalismo pela socialdemocracia, baseia-se na ideia de um curioso projeto, por meio do qual o proletariado pode se libertar da exploração e da dominação pelo capital, (BIHR, 1998) sendo esta uma forma menos radicalizada do que a Revolução.

Dessa forma, a social democracia limita suas ambições a *reformas de estrutura*, na qual o cooperativismo fundamentou-se como uma de suas propostas.

Sob essa perspectiva, o cooperativismo poderia suscitar, no interior do movimento operário, uma crise de representatividade através da dissolução da identidade coletiva e perda generalizada da direção do socialismo. “Quanto ao socialismo, este é progressivamente reduzido, nessa via, a uma simples concretização da sociedade capitalista, à concretização, dos direitos e ideais da democracia política (liberdade, igualdade e fraternidade).” (BIHR, 1998, p. 21).

Luxemburgo (1970) rebate o pensamento de Bernstein, assinalando que a luta sindical e a luta parlamentar são encaradas como meios de dirigir e educar pouco a pouco o proletariado para conquista do poder político, mas não como um dos elementos para a implantação do socialismo.

Ela esclarece que as Reformas de Bernstein orientariam o movimento operário a renunciar a luta contra o modo de produção capitalista, conduzindo o movimento socialista a uma luta contra o modo de repartição capitalista. De fato, o referido pensador declarou isto, pronunciando que:

[...] a luta prática da social democracia não deveria visar à conquista do poder político, mas melhorar a situação da classe trabalhadora e instaurar o socialismo não na seqüência de uma crise social e política, mas por uma extensão gradual do controle social da economia e pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas. (BERNSTEIN apud LUXEMBURGO, 1970, p. 12).

Não somente para Bernstein, mas para grande parte do movimento operário, o socialismo implicava a construção de um meio em que pudesse organizar a sociedade num modelo cooperativo.

Por isso, ele qualificou a luta como uma ascensão contínua que se efetua lentamente, promovendo, para a classe operária, uma elevação de seu nível econômico, ético e político (MEDEIROS, 2008).

Mas Luxemburgo (1970, p. 94) o contradiz explicitando que

[...] desde que existem sociedades classistas, a luta de classes constitui motor essencial da história, a conquista do poder político foi sempre o objetivo de todas as classes ascendentes, assim como ponto de origem e ponto final de todo o período histórico.

Na prática, o que Bernstein propõe não é a realização do socialismo, mas a reforma do capitalismo. Na perspectiva do autor, analisa-se que o cooperativismo poderia suscitar uma crise de representatividade na organização do movimento operário, sob a influência crescente das relações sociais capitalistas através da dissolução da identidade coletiva e perda generalizada da direção da Revolução.

Medeiros (2008) assinala que, em síntese, Bernstein optou por traçar como *objetivo final* o terreno das reformas, contribuindo para restringir o movimento operário às estratégias moderadas de conformação da luta de classes.

Assim, a partir da refutação a Bernstein, Rosa Luxemburgo (1970) negou que estes fossem os caminhos a serem trilhados pelo movimento operário na abolição das relações capitalistas, mesmo considerando que são importantes para o alcance da transformação social.

A contribuição de Rosa Luxemburgo reside em ampliar a concepção acerca do desenvolvimento histórico da sociedade classista e retomar a vinculação entre a reforma e revolução, enfatizando que a essência de toda tática revolucionária consiste em apoiar unicamente a direção dos antagonismos capitalistas (MEDEIROS, 2008).

De forma problematizada, também Marx e Engels debateram sobre a proposta do cooperativismo como meio de fortalecimento do movimento operário para o alcance da Revolução. Elaboraram textos divulgando a contribuição das cooperativas para suscitar a força e união da classe operária.

Os referidos autores mencionaram, em 1850, que em um momento de contrarrevolução, as sociedades secretas e as cooperativas constituíram-se em elementos de união do proletariado (MARX; ENGELS, 1980).

Após as derrotas transcorridas em 1848, os autores fazem referências positivas ao movimento cooperativo na reorganização dos trabalhadores, realçando no Manifesto Comunista que:

É impossível não enxergar a importância dessas grandes experiências sociais. Com atos e não com argumentos, prova-se que a produção em grande escala e harmonizada com as exigências da ciência moderna pode se efetuar sem que uma classe de patrões empregue uma classe trabalhadora; e que os meios de produção, para darem frutos, não necessitam ser monopolizados para explorar e dominar o trabalhador; e que o trabalho assalariado – assim, como o trabalho dos escravos e dos servos – é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado. (MARX; ENGELS, 1980, p. 26).

Com base Marx, observa-se que ele apresentou meios para superação do capitalismo, afirmando que as cooperativas de trabalhadores seriam as primeiras formas de ruptura com o capitalismo, por suprimirem a oposição entre capital e trabalho, apesar de todas as limitações que tais experiências possuem. Na passagem do capital ele exprime:

As fábricas cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte produzam, e tenham de produzir, todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação capitalista deles mesmos, isto é aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. (MARX, [19--?], p. 509).

Também nos debates da Primeira Internacional, Marx e Engels (apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000, p. 16) defendem as organizações cooperativas e reconhecem o mérito de tais organizações, na medida em que reconhecem e destacam que:

O seu grande mérito é o de demonstrar na prática que o sistema atual despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais.

Isso não possibilita crer, que Marx e Engels não tivessem problematizado e observado as possíveis limitações das experiências cooperativas. Ao contrário, para os autores esta alternativa seria apenas transitória e a concretização da emancipação humana somente aconteceria com a tomada do poder pelos trabalhadores.

Mas o sistema cooperativo restrito às formas ínfimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. Para converter a produção social num vasto e harmonioso sistema de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças gerais. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000, p. 16).

Marx e Engels, portanto, apontavam que um dos maiores desafios do movimento cooperativista era conseguir tornar as experiências em um instrumento de luta contra o capitalismo, sendo necessário para isso, a superação de iniciativas isoladas (ELIAS, 2008).

O trabalho cooperativo, por melhor, que seja nos princípios e útil na prática, se limitado a um setor restrito, ligado a tentativas e esforços isolados e dispersos dos trabalhadores, jamais será capaz de deter a progressão geométrica dos monopólios, nem de liberar as massas, nem ainda de aliviar de maneira sensível o peso da miséria [...] Nessas condições, o grande dever da classe operária é de conquistar o poder político. (MARX; ENGELS apud MENEZES NETTO 2006, p. 53).

Comprometido com a construção de um projeto alternativo, Marx acreditava que a emancipação aconteceria somente com a fundação do sistema republicano da associação de produtores livres e iguais.

De acordo com Menezes Netto (2006), em vida, Marx chegou a reconhecer apenas uma revolução, a Comuna de Paris. E mesmo que inicialmente tenha resistido, aderiu, posterior e entusiasticamente, afirmando que nela havia sido instituída a *autogestão dos produtores*.

A título das considerações sobre a cooperação, Lênin (1980) constitui-se em um dos principais expoentes.

Lênin, considerando o contexto da revolução russa, percebe o potencial político do cooperativismo.

Analisando o contexto da Rússia, após a Revolução, ele indica que restava à população a tarefa da cooperativização. Ele diz:

Com efeito, uma vez que o poder de Estado está nas mãos da classe operária e uma vez que o poder do Estado pertence a todos os meios de produção, só nos resta efectivamente a tarefa de cooperativar toda a população. Conseguindo a máxima cooperativização da população, realiza-se por si mesmo aquele socialismo que anteriormente suscita legítimas zombarias, sorrisos e uma atitude de desprezo por parte daqueles que estavam justamente convencidos da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político, etc. Pois nem todos os camaradas se apercebem da importância gigantesca, incomensurável, que adquire agora para nós a cooperativização. (LÊNIN, 1980, p. 657)

Na centralidade de sua discussão, considerava que, com a máxima cooperativização, o socialismo iria realizar-se de forma mais simples para o camponês.

Não se compreende a importância excepcional que esta cooperação tem, em primeiro lugar no aspecto de princípio (a propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado), em segundo lugar no aspecto da passagem para uma nova ordem pelo caminho mais simples, fácil e acessível para o

camponês. E nisto, reside, uma vez mais, o principal. Uma coisa é fantasiar sobre toda a espécie de associações operárias para construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir este socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. (LENIN, 1980, p. 658).

Em algumas de suas reflexões, Lênin (1980, p. 658-659) aponta que, no capitalismo, as cooperativas deveriam por em prática os verdadeiros princípios do regime social, para potencializar a participação do camponês na construção do projeto socialista:

Agora devemos ter consciência e por em prática a verdade de que o regime social que no presente devemos apoiar acima do habitual é o regime cooperativo. Mas é preciso apoiá-lo no verdadeiro sentido da palavra, isto é, por tal apoio não basta entender o apoio a qualquer comércio cooperativo; por este apoio deve entender-se o apoio prestado ao comércio cooperativo no qual verdadeiramente participem verdadeiras massas da população. Dar um prêmio ao camponês que participa no comércio cooperativo é uma forma absolutamente justa, mas ao mesmo tempo, verificar essa participação, verificar a sua consciência e a sua qualidade – eis o fulcro da questão.

A partir disso, também se percebe o reconhecimento do autor de que, após a conquista do Estado e dos meios de produção, “[...] era necessário estabelecer um processo de revolução cultural, para que a cooperação, enquanto organização econômica passasse a fazer parte do modo de vida e produção da população, principalmente camponesa.” (ELIAS, 2008, p. 44). Sobre isso Lênin (1980, p. 659) explicita:

Propriamente falando resta-nos apenas uma coisa: tornar a nossa população tão civilizada que compreenda todas as vantagens da participação de todos na cooperação e organize essa participação. Apenas isto. Não precisamos agora de nenhuma sabedoria para passar ao socialismo. Mas para realizar este apenas é necessária toda uma revolução, toda uma fase de desenvolvimento cultural da massa do povo.

Compreende que a cooperativização após o poder do Estado estar nas mãos proletárias pode ser um caminho para o socialismo. Porém, destacava ser imprescindível para a concretização desse processo a revolução cultural. Só assim, se poderia chegar ao que Marx sonhava: a associação de produtores livres e iguais.

O desafio indicado por Lênin, também foi percebido nas propostas apontadas por Mao Tse-Tung, quando trata da Revolução chinesa, reconhecendo as dificuldades em “transformar cerca de 110 milhões de explorações camponesas individuais em individuais em explorações coletivas e realizar transformação técnica na agricultura”.

Mao Tse-Tung (1955 apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000), explicita que o fluxo da transformação social nos campos, sob forma de cooperação, deve expandir-se e que o cooperativismo é um movimento revolucionário de grande amplitude que atinge a população rural da China.

Para validar a experiência cooperativa que tem projeção internacional como uma formidável estratégia, Mao defende que o Partido deve conduzir esse movimento de uma maneira ativa, entusiasta e planejada.

Assim, faz alusão sobre a importância do cooperativismo retomando o exemplo da China. Diz o autor:

Na China, o partido levou os camponeses a organizarem equipes de entre ajuda para produção agrícola numa escala ainda mais vasta e começou a organizar em grande número cooperativas agrícolas de produção, baseadas em equipes de entre ajuda. (MAO TSE-TUNG, 1955 apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000, p. 63).

Considerou que a realização dessa organização consistiu em uma difícil e ambiciosa tarefa, fazendo a seguinte ressalva:

São com efeito muitas as dificuldades para transformar cerca de 110 milhões de explorações camponesas individuais em explorações coletivas e para realizar a transformação técnica na agricultura, mas nós temos de nos convencer de que o nosso partido é capaz de conduzir as massas para vencer essas dificuldades. (MAO TSE-TUNG, 1955 apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000, p. 63).

Para superação dessa realidade, seria necessário empreender uma revisão nas cooperativas. Esse trabalho deveria consistir em cinco tarefas, segundo o mesmo autor:

1º em criticar concepções erradas e em fazer o balanço da experiência adquirida durante o trabalho; 2º em popularizar sistematicamente e sem descanso entre as massas camponesas a orientação, a política e os métodos de trabalho do nosso Partido na questão da cooperação agrícola; e, desse modo, explicar às massas camponesas não só as vantagens da cooperação, mas também as dificuldades com que se podem deparar durante a sua realização, para que os camponeses estejam preparados no plano moral; 3º tomando em consideração a situação real, elaborar de conjunto de desenvolvimento da cooperação agrícola para uma província inteira, uma região administrativa, um distrito, um conselho ou um cantão, e sobre essa base estabelecer um plano anual; 4º formar quadros para as cooperativas em cursos rápidos; 5º estender largamente o desenvolvimento das equipes de entre ajuda para a produção agrícola, e, sempre que possível, levá-los a unirem-se para formar grupos de entre ajuda unificados, de modo a lançarem as bases de uma colaboração, mais intensa com vista à criação de cooperativas. (MAO TSE-TUNG, 1955 apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000, p. 63).

Acreditava que a cooperativização atingiria todas as regiões possibilitando a implantação do socialismo na China.

De forma geral, esses autores tiveram a preocupação de problematizar questões abordadas sobre o cooperativismo no âmbito da sua relação com a organização do operariado e com o socialismo.

Embora esse debate tenha relevância histórica, há certa escassez da sua análise nas bibliografias. Porém, percebe-se que, na atualidade, a questão do cooperativismo tem sido predominantemente retomada, por autores do pensamento liberal, associada a um discurso de melhoria das condições de vida, de valorização da pequena economia e da possibilidade de humanização do capitalismo (ELIAS, 2008).

Assim, a partir da década de 1990, o cooperativismo tem grande expansão inscrevendo-se na base dos processos de flexibilização das relações de trabalho, assimiladas no atual contexto de reestruturação da produção e do trabalho no Brasil.

Dal Ri (1999), em sua análise, associa que os principais elementos favorecedores dessa expansão, nos anos 1990, foram expressos pela erosão no Brasil dos níveis de emprego desembocado pela súbita competição internacional das empresas brasileiras e pelos efeitos da reestruturação produtiva em curso no país.

2.3 A expansão do cooperativismo sob a flexibilização econômica e a resistência dos trabalhadores

A partir da década de 1990, o cooperativismo terá grande expansão inscrevendo-se na base dos processos de flexibilização das relações de trabalho, assimiladas no atual contexto da reestruturação da produção e do trabalho no Brasil.

As propostas de reestruturação produtiva aparecem com toda força no mundo capitalista em 1970 como uma das respostas à crise do padrão de acumulação anterior consubstanciado no Fordismo.

Alastrou-se, então, um processo pela busca de novos paradigmas com vistas à obtenção de um modelo mais flexível de acumulação do capital que teve como principal expressão o Toyotismo.

No Brasil, a reestruturação produtiva foi implementada tardiamente, em relação aos países centrais e trouxe um sentido desfavorável para os trabalhadores, sobejamente, na redução dos níveis de emprego e na informalização das relações de trabalho.

Tal processo, alinhado as tendências internacionais, consolida-se no Brasil, nos anos 1990, imbuído de contradições que se expressam em estratégias marcadas por avanços e recuos, bem como se consubstancia de maneira heterogênea no que se refere aos vários setores industriais, segundo análise de Márcia Leite (1997) e Lima (1996).

Nos estudos sobre a heterogeneidade do processo de reestruturação produtiva no Brasil, a última autora destaca que nos setores tradicionais predominou, quase exclusivamente, as estratégias de redução de custo corporificadas nos mecanismos de flexibilização⁷ das regras de demissão e contratação. Já nos setores mais dinâmicos, com maior inserção no mercado internacional, tem-se sustentado um mix de estratégias de redução de custos e de reforço à capacidade de inovação e adaptação (LIMA, 1996).

Em relação à periodização, retoma-se a discussão de Leite (1997, p. 70), ao compreender que a reestruturação produtiva no Brasil foi demarcada a partir de três períodos: o início do processo com a difusão dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) (final dos anos 1970 e início da década de 1980); A reestruturação *defensiva* (caracterizada pelo segundo momento que se inicia em 1984 e vai até 1985) e o último período que ocorreu com abertura do mercado e a *epidemia* da competitividade iniciada nos anos 1990.

Apesar dos três períodos situarem-se de forma processual como ocorreu em cada momento esse processo, destaca-se, neste trabalho, as características da última etapa, pois foi neste momento que se verificou o aprofundamento das consequências negativas à classe trabalhadora: como a intensificação do controle do empresariado, perda de benefícios, diminuição dos níveis salariais, precarização do emprego, elevação de incidência de doenças profissionais, dentre outros (MARTINS; RAMALHO apud LEITE, 1997).

⁷ Segundo Krein (2001, p. 29), em outros termos a *flexibilização*, na prática, tem se constituído em sinônimo de aumento da precarização do trabalho. Sendo compreendida, portanto, como processo regular de outra forma das relações de trabalho: na perspectiva de fortalecer uma regulação privada.

Fazendo a análise sobre a fase da reestruturação produtiva no Brasil, a partir dos anos 1990, Leite (1997) aborda que neste momento as empresas passaram a concentrar seus esforços nas estratégias organizacionais e na adoção de novas formas de gestão do trabalho mais compatíveis com as necessidades de flexibilização da produção e do trabalho.

Conforme esclarece a autora, as principais ações do empresariado foram centradas mediante redução dos custos no que se refere à introdução de duas práticas: a terceirização e os programas de qualidade total.

No entendimento de Leite (1997), a primeira estratégia visa reduzir os custos com instalações e manutenção de equipamentos e dos custos diretamente relacionados ao trabalho como despesas com admissão e demissão, treinamento e benefícios sociais.

Já a segunda estratégia, baseada nos programas de qualidade total, busca maior comprometimento e participação operária, na tentativa de ocultação, pelo capital, do antagonismo de classes.

Em síntese, as duas estratégias de reestruturação produtiva basearam-se, principalmente na redução de custos que tem levado à precarização do emprego e das relações de trabalho.

Pode-se atestar tal afirmativa, com base nos estudos de Márcia da Silva Costa (2005, p. 121), sobre o sistema de relações de trabalho no Brasil e sua precarização atual, em que a autora verifica que, forçosamente, a expansão da reestruturação produtiva trouxe como resultado o:

[...] fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, enxugamento de quadros, entre outros, cujo, resultado imediato, até a primeira metade dos anos 1990, foi mais de um milhão de empregos destruídos.

Tudo isso, agravado pelo fato de que no Brasil a política econômica coloca fortes obstáculos à atuação do setor produtivo, como a política de juros elevados, a alta carga tributária e a liberação (especialmente até 1998) das importações, sem critérios de gradualismo e seletividade (ODA, 1994 apud SINGER; SOUZA, 2003).

Tais repercussões foram configuradas não por incidência de uma conjuntura político-econômica restrita à perspectiva local da realidade brasileira, mas por uma configuração com amplitude mundial.

Antunes (2009) aponta que, em verdade, esse processo é consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando à redução de seus impactos.

O autor indica ainda que

[...] essa crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo de reprodução que, como se verá mais adiante afetou fortemente o mundo do trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 186).

Em linhas gerais e sinteticamente, Krein (2001, p. 25) explica que as principais mudanças no mundo do trabalho foram de dois tipos:

a) as que proporcionam um desequilíbrio contra os trabalhadores (os que ofertam a força de trabalho), com o aumento do desemprego, a diminuição dos trabalhadores do setor industrial, o aumento dos trabalhadores do setor de serviços e a perda de dinâmica do setor público em gerar novos empregos; b) as que induzem novas formas de uso do trabalho, tais como o aumento das ocupações precárias nas pequenas empresas e na economia informal, principalmente através da descentralização produtiva (terceirização); o aumento do trabalho clandestino não registrado (estrangeiro e trabalho em casa) e o crescimento do trabalho atípico (trabalho em tempo parcial, contratos por prazo determinado, contratos de formação profissional). Essas formas diferentes do uso do trabalho foram justificadas pela necessidade de flexibilizar e reduzir o custo do trabalho.

Também, ao efetivar uma análise sobre a classe-que-vive-do-trabalho⁸, Antunes (2009) aponta algumas tendências que caracterizam o mundo do trabalho, nos últimos anos do século XXI: significativa expansão dos assalariados médios e de serviços; crescente exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados velhos pelo capital; inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, não só nos países asiáticos, latino-americanos, mas em vários países do centro; expansão do trabalho no denominado *terceiro setor*, que incluem as atividades voltadas à Economia Solidária.

Os trabalhadores passam a elaborar alternativas coerentes com as mudanças mencionadas, sendo que é neste contexto que se insere a discussão das cooperativas, dando ênfase à realidade brasileira.

⁸ Ricardo Antunes (2009), utiliza a expressão a classe que vive do trabalho, indicando que esta classe inclui a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos, como engloba os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia.

Segundo Nilson Oda (2003), as cooperativas no Brasil passam a figurar como alternativa havia à geração de trabalho e renda após o agravamento da crise econômica e a explosão do desemprego.

O autor considera que essa foi uma tendência que se constituiu no mercado de trabalho, no país, em quase toda extensão, na década de 1990, demonstrando dados empíricos da elevação do número de cooperativas constituídas nos períodos de 1990 a 1998: cujo crescimento foi de 44% para 53%.

Continuando sua análise, ele confirma a estreita relação do aumento do número de cooperativas com o agravamento da crise econômica e aponta que:

Foi exatamente a partir de 1990 que a taxa de desemprego passou a apresentar crescimento mais acentuado, chegando a mais do que dobrar no final da década: segundo as estatísticas da pesquisa Dieese/Seade, de cerca de 8% de taxa média nos anos 1980, pula-se para o patamar atual de aproximadamente 20% na região da Grande São Paulo. No Brasil, como um todo, as estimativas apontam para mais de dez milhões de desempregados. (ODA, 2003, p. 96).

Nesse contexto, o tema das cooperativas passa a ser retomado no Brasil, tratado como uma possibilidade de superação da crise no emblemático quadro de desemprego, como possibilidade de geração de renda e manutenção da sobrevivência de vastos segmentos da classe trabalhadora.

Esse debate passou também pelos sindicatos, onde o cooperativismo foi proposto como uma via na manutenção de centenas de postos de trabalho através da garantia da sobrevivência do parque produtivo industrial instalado em São Paulo.

Os sindicatos propuseram que Empresas capitalistas falidas ou em via de falir poderiam transformar-se em cooperativas, com objetivo de evitar mais perdas de mais postos de trabalho.

A transformação de antigas empresas em crise em cooperativas, recebeu amplo apoio do movimento sindical, através da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas ou de Participação Acionária (ANTEAG), “[...] instituição sem fins lucrativos, fundada em 1992, que visa congregar associações e cooperativas de trabalhadores em empresas e autogestão ou cogestão com o propósito de salvar ou criar novos postos de trabalho.” (NAKANO, 2003, p. 66).

De acordo com Singer e Souza (2003) a forte atuação da ANTEAG, com sua interação, entra a luta política e iniciativas de base, proporcionou a geração de mil postos de trabalhos ao longo da década de 1990.

Além da geração de trabalho e renda, propriamente dita, o tema das cooperativas remete a uma discussão ideológica no interior do movimento sindical. “Para algumas correntes sindicais que se declaram mais à esquerda do espectro político, as atuais cooperativas não passam de mais uma forma dos trabalhadores se subordinarem à economia de mercado capitalista.” (ODA, 2003, p. 96).

Sob esta perspectiva, as cooperativas se inserem nas propostas neoliberais de flexibilização e desregulamentação do trabalho, na implementação das estratégias de terceirização.

Reatualizam-se, como mecanismo que respondem não somente as necessidades de subsistência dos trabalhadores, em resposta a ampliação do desemprego e da reprodução das condições materiais dessa classe, mas, principalmente, das empresas no que diz respeito à subcontratação de mão-de-obra e serviços a baixo custo no mercado terceirizado.

Em consonância com Silva (1998), as mercadorias produzidas pelas cooperativas, quando vinculadas ao mercado terceirizado, são compradas quase a preço de custo e revendidas por um preço muito maior. Dados da OCB mostram que nas cooperativas tais serviços são, em média, 40% mais baratos do que os prestados por empresas mercantis.

O barateamento dos produtos coloca-se como um atrativo no mercado terceirizado e garantem grandes lucros as empresas, como também aumentam a exploração da mão-de-obra através da intensificação da jornada de trabalho do cooperado.

Neste sentido, contrapõe-se a argumentação de Singer (2003, p. 17) de que as cooperativas representam uma forma de romper com a lógica de exploração e dominação capitalista, quando ele explicita que:

Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção.

Ao contrário da afirmação de Singer, no interior das cooperativas, é possível verificar um aumento da intensidade do ritmo de trabalho, pois os associados tendem a recorrer, muitas vezes, ao trabalho em fins de semana, para

cumprirem com a produção encomendada pelas empresas contratantes (TORREÃO, 2005).

Isto acontece, pois os ganhos reais dos trabalhadores terceirizados correspondem ao montante de serviços prestados, ou seja, não se pautam pelo tempo de trabalho como o trabalhador assalariado. Nessa situação, os cooperados tendem a trabalhar mais, na ânsia de ganhar o suficiente para sustentar o padrão usual de vida.

Entretanto, Silva (1998) coloca que a questão fundamental que possibilita o barateamento de produtos e/ou serviços oferecidos por cooperativas – um atrativo para o mercado terceirizado encontra-se na ausência dos benefícios e direitos trabalhistas.

Nesse contexto, expandem-se no país diversos tipos de cooperativas, sobretudo às de trabalho, em decorrência da possibilidade, pelo empresariado, de obter a redução dos custos trabalhistas. Sob essa ótica equivale dizer que as cooperativas são incentivadas como mecanismo do capital, na redução dos custos com a força de trabalho.

Reduzir despesas e custos com encargos sociais, que chegam a quase duplicar o valor dos salários, e apoiar-se numa força de trabalho sem ônus trabalhistas tem sido a grande motivação do empresariado no repasse de suas atividades às cooperativas.

Como aponta Silva (1998, p. 78): “[...] para o setor empresarial, o custo da folha de pagamento se apresenta como uma grande diferencial entre os preços dos serviços e as mercadorias produzidas por cooperativas.”

Há casos em que as empresas demitem os funcionários e estimula-os a constituírem cooperativas. Eles reassumem os antigos postos, só que em condições de trabalho diferentes, pois agora passam a ser autônomos donos do atual empreendimento, mas sem os direitos garantidos na Consolidação das Leis Trabalhistas.

De fato, muitas empresas demitem, indenizam os seus funcionários e os encorajam a se inscrever numa cooperativa para executar os mesmos trabalhos, só que condições trabalhistas diferentes (SINGER, 2004).

Este tipo de terceirização se dá, basicamente, para burlar direitos trabalhistas sob a máscara da diminuição tributária (BLANCO, 1994, p. 77), pois

inexiste vínculo entre a cooperativa e seu associado, como entre ele e a empresa contratante dos serviços da cooperativa, conforme prescreve o parágrafo do art. 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT): “[...] qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.” (BRASIL, 1994, art. 442).

Através da edição dessa lei, muitos empresários passaram a contratar cooperativas para executar atividades no mercado terceirizado, com o propósito de se isentar das despesas trabalhistas, “[...] como uma estratégia conveniente de substituição de trabalho assalariado regular, por trabalho contratado autônomo.” (SINGER, 2004, p. 2).

De acordo com Vieitez e Dal Ri (2001, p. 36):

Vê-se que essas cooperativas são criadas apenas para impedir a aplicação das normas de proteção trabalhista, ou seja, para burlar a lei deixando de garantir aos trabalhadores os mais básicos direitos trabalhistas como: descanso semanal remunerado, 13º salário, férias, FGTS, horas extras e ainda o seguro-desemprego. Tais prejuízos não se ajustam aos ideais cooperativistas de melhoria socioeconômica.

Pressupõe-se que tais cooperativas, ao invés de garantir benefícios aos seus membros, prestam-se a aumentar os lucros e benefícios aos empresários.

Sob esse ponto de vista, tais cooperativas se colocam no sentido de privar os trabalhadores dos seus direitos legais, apresentando-se como uma estratégia utilizada para flexibilização das relações de trabalho na atual fase de reestruturação do capital, com incidência na realidade rural brasileira.

Tal realidade apresentou-se também no campo, através do crescimento das grandes cooperativas agropecuárias, quando ampliou, consideravelmente, o número de trabalhadores subcontratados por tempo determinado e sem garantias trabalhistas, trazendo como maiores conseqüências a ampliação da concentração de terra, êxodo e a precarização do trabalho no meio rural.

Essas cooperativas possuem uma proposta de modernizar e *industrializar* o campo (VAZZOLE; EID, 2004) desempenhando a função de veículo de desenvolvimento de grandes agroindústrias no campo, como um empreendimento econômico que, ao contrário de proporcionar melhores condições aos trabalhadores, realizam a expropriação das terras dos pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que os mantêm no mercado, não permitindo sua destruição, como mecanismo estratégico do modo de produção capitalista.

Por sua vez, os citados autores, embasados nos estudos de Schneider (1981, p. 21), percebem que:

[...] o cooperativismo enfrenta um dilema fundamental: de um lado, ele tende a tirar partido e se ajustar às condições estruturais, quando estas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. De outro lado, revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apoia.

Partindo deste pressuposto, a expansão do cooperativismo agrícola proporciona o desenvolvimento do capitalismo ao campo e mantém a subordinação crescente de pequenos agricultores ao capital industrial e financeiro na contemporaneidade.

Martins (1972 apud VAZZOLE; EID, 2004), partindo da mesma perspectiva de Schneider, mostra como o cooperativismo privilegia certos grupos de produtores, atenuando o processo de descapitalização por que passam. Em seu estudo se propõe a analisar as significações do associativismo empresarial no Brasil agrário, tomando como núcleo central da análise a deterioração das relações de troca entre o campo e a cidade nos seus desdobramentos políticos, sociais e econômicos (MARTINS, 1972 apud VAZZOLE; EID, 2004).

Neste quadro, as relações e condições de trabalho, nessas cooperativas, conformam e intensificam a exploração do consumo da força de trabalho sob o domínio do capital, tanto no campo, quanto na cidade consubstanciado em relações precárias de contratação de trabalho pelo empregador, contrariando os princípios históricos do cooperativismo como uma alternativa de melhoria das condições de trabalho para a classe trabalhadora.

Assim, sob a flexibilização econômica, as relações de trabalhos são reestruturadas a partir da super-exploração da força de trabalho traduzida principalmente na precarização do trabalho, na tendência da cronificação do desemprego estrutural e da informalidade do trabalho em estreita relação com as estratégias de terceirização, incluindo as alternativas populares de trabalho, como as cooperativas (ABREU, 2006).

Nessa linha de entendimento, as cooperativas se colocam como mediadoras do processo de terceirização no sentido de privar os trabalhadores dos seus direitos legais, como uma estratégia utilizada na flexibilização das relações de trabalho na atual fase de reestruturação do capital.

Ainda que o cooperativismo represente uma via de garantia ou de permanência no trabalho, cabe colocar em discussão a questão de que esta estratégia também pode redimensionar-se para o atendimento da necessidade de acumulação e disseminação ideológica sob a lógica do capital.

Ressaltam-se, na atualidade, os seus desdobramentos nos processos de constituição da chamada Economia Solidária.

Antunes (2009) aponta que tal iniciativa situa-se como uma das atuais estratégias que cumprem um papel de funcionalidade ao capital, na medida em que incorpora parcelas de trabalhadores desempregados, no atual quadro de crise estrutural. Ele diz:

Se dentro do “Terceiro Setor” as atividades que vêm caracterizando a economia solidária têm positividade de frequentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-me, entretanto, um equívoco grande concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista. Como se por meio da Economia Solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital. (ANTUNES, 2009, p. 113, grifo do autor).

Essa forma de conceber a Economia Solidária, como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, encontra-se na análise que é construída pelos seguintes autores: (Veiga e Fonseca, 2001; Singer, 2003; Nascimento, 2004) como uma nova organização da produção de modo justo, solidário, eqüitativo e que possui critérios contrários ao capitalismo.

Nessa perspectiva, estudos recentes sobre Economia Solidária e cooperativismo, como os de Christoffoli (2000), Gaiger (1999), Eid (2000) indicam uma perspectiva de viabilidade econômica das cooperativas, associada à modificação nas relações sociais e de trabalho por serem solidárias, mantendo o equilíbrio entre o social e o econômico.

A emergência desse tipo de organização produtiva teve início no Brasil, nos anos 1980, momento em que surgiram vários empreendimentos solidários.

De acordo com o formulador da Economia Solidária, Paul Singer (2005), está iniciativa é expressão de um amplo movimento social que significa uma nova alternativa ao capitalismo. Mas, nas palavras do autor, ela só se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a

produção de modo que os meios de produção sejam todos os que utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2005).

Respondendo as atuais críticas acerca da Economia Solidária, como formulador dessa proposta, Singer (2005, p. 87), explicita:

É comum ouvir que a economia solidária apenas compete com o capital, mas não o elimina pelo menos de imediato; portanto, nada de fundamental mudou. A conclusão é falsa sob todos os pontos de vista. Primeiro, porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona [...] segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar[...] terceiro, o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista.

As afirmações de Antunes (2009, p. 114) são representativas ao refutar essa lógica, quando diz que:

Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais geral, 'substituir' as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palpáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital.

Silva (1998, p. 131) procura evidenciar a complexidade dessa discussão, indicando que da mesma forma que os grupos de produção comunitária atendem às necessidades de alocação de trabalhadores e de geração de renda, atendem também a outras demandas:

Sem dúvida os interesses, existentes por trás dessas ações políticas são componentes do esforço de reversão ao atual quadro de exclusão social do país, considerando-se a relevância das unidades de produção popular que se materializam e se proliferam exatamente num contexto de afastamento do Estado regulador e crise do modelo de desenvolvimento pautado em sua dimensão sócio-econômica, na geração de novos empregos.

De fato, como enfatiza Antunes (2009), essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter preocupação pública e social com os desempregados.

Assim, o fomento do cooperativismo pela via Estatal parte de uma tendência atual de responder às demandas do capital e do trabalho no campo das necessidades sociais.

Tais processos são bastante falaciosos, na medida em que o possível atendimento das necessidades sociais possibilita a impressão ideológica de que os

trabalhadores estão incluídos e realizando uma atividade efetiva, dotada de um sentido social. “Eles veem-se então, não como desempregados e excluídos.” (ANTUNES, 2009, p. 114).

Neste sentido, não se pode perder de vista as contradições históricas presentes no sistema cooperativista e seus desdobramentos nos processos de constituição da chamada Economia Solidária, o que não significa desconsiderar a reiterada potencialidade dessa iniciativa e seu reconhecimento pela tradição marxista, como uma das forças transformadoras da sociedade baseada no antagonismo de classe. (ABREU, 2003, p. 10).

Pagotto (2003, p. 8) esclarece que há uma perspectiva atualmente predominante de que as contradições do sistema podem ser resolvidas no campo da solidariedade e adverte que:

[...] a idéia progressista de uma economia voltada para a solidariedade tende a se perder no cotidiano destes trabalhadores em busca de uma alternativa de trabalho, [...] e destituídas de um conteúdo político mais amplo, acabam por reproduzir noções utópicas ou programáticas com o objetivo de minimizar os efeitos das contradições das relações capitalistas que se explicitam com maior agudeza nos períodos de crise econômica.

Isso esvanece a luta pela elaboração de estratégias de resistência mais duradouras. Nesse contexto, Lopes (2009, p. 3) enfatiza que a luta social marcada

[...] pela precarização estrutural do trabalho e por uma profunda crise no movimento operário e sindical, é redirecionada, fundamentalmente, para o combate ao neoliberalismo, enquanto perde força a perspectiva histórica de emancipação da classe trabalhadora e de toda a humanidade.

É importante pontuar, entretanto, segundo a referida autora, que o redimensionamento fundamental para a resistência e o combate ao neoliberalismo não significa que a luta social tenha sido reduzida tão somente a esta perspectiva, mas indica sua predominância (LOPES, 2009).

Entretanto, o cooperativismo recoloca-se com grande incidência em formas coletivas de organização produtiva, organizadas pelos trabalhadores, com vistas à superação desses impactos, contextualizados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, visando à democratização do uso da terra e viabilizando a construção de novas relações sociais e de trabalho.

De fato, ao tentar identificar o significado de algumas experiências, vislumbra-se que existe um amplo número de iniciativas, com o intento de manter a resistência dos trabalhadores na luta contra o domínio do capital.

Seguem como exemplo ilustrativo, as cooperativas agrícolas que surgiram, a partir de 1989, no processo de luta do movimento dos trabalhadores

rurais que, de acordo com Ferreira (2003, p. 83), “[...] despontam como uma forma superior de organização da produção.”

Tais experiências integram-se ao conjunto das alternativas construídas em âmbito nacional contra a exploração capitalista, a partir do pressuposto de que elas despontam como uma forma superior de organização da produção.

Tânia Paula Silva (2002) demonstra que estas iniciativas se inserem dentro de uma pedagogia da Resistência ao processo de exploração e expropriação inscrito na lógica do desenvolvimento capitalista no campo, tendo ainda como proposta estimular e massificar o projeto de cooperação agrícola dentro do MST.

Integram-se, ainda, ao conjunto das alternativas populares construídas com vistas à democratização das relações de trabalho.

O termo *cooperativas populares*, segundo Sousa (1998), é utilizado em movimentos políticos de reflexão sobre o cooperativismo no sentido de diferenciá-lo das grandes multinacionais médicas, bem como dos grandes conglomerados de cooperativas que buscam fugir à normatização da legislação na contratação do trabalho.

Alguns autores, como Bertucci e Silva (apud SINGER; SOUZA, 2003, p. 87), denominam também as experiências cooperativistas organizadas por grupos populares de *cooperativismo alternativo*: “[...] por viabilizarem atividades produtivas e de serviços, com base na concepção original do cooperativismo, e que, portanto, trazem um conteúdo de práticas e vivências sociais, culturais e políticas presentes na sua origem.”

Essa nomenclatura pode dirigir-se, ainda, às experiências que são reconhecidas como empreendimentos solidários. Contudo, Razeto (1993 apud TIRIBA, 2003) demonstra que nem toda economia de solidariedade é popular, assim como nem toda economia popular é de solidariedade.

Concorda-se com Tiriba (2003, p. 224), quando o autor explicita que esta análise deve ser compreendida por uma visão mais ampla, pois para confirmar que uma experiência é de fato popular e de caráter solidário deve-se:

Analisar as práticas dos trabalhadores, compreendermos as motivações que os levam a enfrentar, associativamente, seus problemas de subsistência e de satisfação de suas necessidades básicas, e perguntar como organizam o trabalho, como distribuem as riquezas, como se dá o processo de participação e socialização do saber no cotidiano da produção, etc.

Todavia, as cooperativas organizadas no contexto das lutas sociais, hoje, experimentam um processo real de incorporação das estratégias de flexibilização das relações de trabalho. Singer e Souza (2003, p. 83) apontam para as experiências das cooperativas de prestação de serviços que “[...] dedicam-se basicamente à comercialização, organização da compra e venda de insumos e da produção, da assistência e capacitação técnica.”

Paradoxalmente, as relações contidas nestas alternativas não estão livres de contradições e podem expor a face cruel do capitalismo em dissimular os processos de controle e precarização das relações de trabalho, a partir de formas utilizadas historicamente pelos trabalhadores, a exemplo das cooperativas.

Contudo, os limites das experiências cooperativistas não retiram o seu crédito como uma alternativa dos trabalhadores, pois o MST (2002) afirma que as dificuldades oferecem as oportunidades de realizar mudanças, tanto na questão de tática e estratégia, como no âmbito estrutural e organizativo dos trabalhadores.

3 A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA A EXPROPRIAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO NO MARANHÃO: o modelo cooperativista do MST como uma estratégia

Neste capítulo, aborda-se sobre o processo de luta e resistência dos trabalhadores no âmbito da luta pela terra, mostrando que essa empreitada ganhou densidade na segunda metade no final do século XX, exatamente no momento de intensificação do avanço do capital no campo maranhense, empreendido pelo processo de Modernização Conservadora.

Destaca-se a constituição do MST na luta pela questão agrária no estado do Maranhão, apresentando o cooperativismo como estratégia de resistência utilizada como uma das modalidades de cooperação agrícola que surgiu no interior do movimento, desde a década 1980, com os Laboratórios Organizacionais de Campo.

Centra-se na experiência do cooperativismo no Maranhão identificando questões e polêmicas acerca desta proposta, apontando que ainda que tal estratégia apresente limites no que concerne à questão econômica, no plano político, contribuiu de alguma maneira, para o processo de resistência dos trabalhadores.

3.1 A terra como questão e a mediação do Estado: bases históricas

Concorda-se com Fernandes (2000), que o estudo da luta pela terra deve situar-se desde a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, dada inicialmente pela resistência dos povos indígenas contra expulsão e genocídio organizado pelas expedições de Portugal e, posteriormente, pelas insurreições de diversos movimentos que lutaram contra a situação de expropriação ocasionada pelo avanço do latifúndio.

Esse processo teve emergência no Maranhão a partir do século XVII, com o início da conquista e povoamento de forma predatória dos emissários do capital que aqui chegaram, através da expulsão e aprisionamento dos indígenas (ARCANGELI, 1987).

Contudo, seu impulso se estabeleceu nas duas décadas seguintes (século XVIII e XIX), mais precisamente no momento em que a economia do Maranhão passa a ser organizada com base na exportação de produtos primários,

como resultante da sua articulação ao modo de acumulação do capitalismo nascente na Europa.

De acordo com Arcangeli (1987, p.94), esta integração corresponde à fase indicada de “[...] inserção na divisão internacional do trabalho na qual a economia do Maranhão sustentou-se a partir da exportação, para a Europa, de três grandes produtos: algodão, arroz e couro.”

Mesquita (2011) destaca que esta fase tem como fator marcante a intervenção da metrópole no processo produtivo local, via Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Acrescenta que esta companhia organizara a produção do algodão aos moldes da cana-de-açúcar nordestina – no binômio grande propriedade e trabalho escravo.

A partir da organização do ciclo do algodão, a organização produtiva maranhense passa a centra-se na monocultura de exportação em que originaria o aparecimento das *plantations*, para qual se inicia a concentração de terras em grandes proporções.

Esse processo da divisão da terra em grandes extensões territoriais, através dos latifúndios, garantirá o cultivo da monocultura de produtos primários consolidando a lógica econômica em que o país estava inserido. Não havia o interesse de construir na colônia uma produção agrícola de pequeno porte e caráter diversificado.

Assim, a colonização foi fiel ao seu sentido original de *colonização de caráter absolutamente mercantilista*, sem incentivo à pequena propriedade.

Esse momento demarca um período decisivo ao longo da história não somente do Maranhão, mas do Brasil, pois situa a raiz do problema fundiário a partir da constituição do latifúndio, onde a resultante dele retratará a situação de desigualdade e a concentração de terra presente até hoje.

Em 1890, a modificação posta pelo sistema econômico internacional destruirá a competição do algodão produzido no Maranhão, dada pela recuperação dos Estados Unidos da América (EUA) ao mercado mundial após a Guerra de Independência.

Outro elemento deu-se em razão da baixa reserva de trabalho livre devido à abolição da escravatura, que dificultou a permanência da força de trabalho dos negros na monocultura de algodão, mesmo após a promulgação da Lei da Terra,

criada como um obstáculo ao êxodo dos ex-escravos do interior das grandes propriedades.

A ideia central da referida Lei era a proibição da posse das terras pelos negros libertos, o que tornaria, segundo Azar (2013), o homem liberto, mas a terra cativa.

No que tange à realidade brasileira, a promulgação da Lei de Terras (1850) agravou o problema fundiário, na medida em que tal ordenamento jurídico representou a formalização do latifúndio.

De acordo com Fernandes (2000), esta lei legalizou como propriedade privada grandes extensões de terra sob forma de latifúndio. E com a vigência da Lei de Terras, todos os antigos concessionários da Coroa correram aos cartórios ou às casas paroquiais que mantinham registros, pagaram certa quantia pela terra e legalizaram suas posses.

A partir da implantação da referida Lei, a questão da posse da terra alcançou uma situação caótica em vários estados brasileiros, propiciando uma série de revoltas, das quais destacam-se, a partir de 1893, os movimentos messiânicos.

Tais movimentos ressurgiram como manifestação, consciente e inconscientemente, da luta pela Reforma Agrária, apesar da sua constituição ser trajada por um conteúdo tenramente de cunho religioso.

A resistência aos movimentos messiânicos, dos quais se destacam as experiências de Canudos e de Contestado, sintetizou a revolta contra as condições de vida da massa camponesa e sua rejeição à política do Estado Brasileiro configurada na República, que cobrava altos valores de impostos, além de ter uma política de valorização ao latifúndio e apoio aos coronéis.

O significado desses movimentos representou um esforço coletivo que colocou em xeque as estruturas políticas tradicionais daquele período histórico. Tal fato os colocou como marco da nossa história, pois tais movimentos

[...] acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram às forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim, a insurreição dos pobres do campo. (MARTINS, 1981, p. 62 apud FERNANDES, 2000, p. 31).

Observa-se que, na última década do século XIX, no Maranhão há uma *involução econômica* no que tange à lógica expropriadora capitalista. Arcangeli (1987, p. 99) destaca que:

[...] sem condição de criação de um mercado interno de trabalho e de produto, após o corte da ligação com o mercado externo, não restou outra alternativa à economia maranhense que não a regressão a subsistência, pelo desmembramento da grande propriedade e pela proliferação das pequenas propriedades em áreas novas; os escravos libertos assumiram esta produção de subsistência, no cultivo de suas próprias roças. Surge uma economia de pequenos lavradores, dedicados prioritariamente à produção alimentar para autoconsumo, policultura e fundada sobre o trabalho familiar.

O referido autor esclarece que apesar desta volta, não há o desaparecimento do programa econômico do Maranhão, “[...] a atividade se mantém em baixo nível de acumulação e sua presença, inclusive, origina o surgimento do parque têxtil no último quartel do século XIX.” (ARCANGELI, 1987, p. 100). Esta não conseguirá se reafirmar dado a concorrência do parque industrial do Centro-sul.

De 1940 a 1950, houve um desempenho da economia camponesa de alimentos, através da produção do arroz, milho, feijão, mandioca, que representou importante papel no processo nacional de acumulação, indispensáveis à reprodução da força de trabalho urbana.

Nesse período, “[...] a economia de subsistência voltada para o auto-abastecimento e a venda de excedente ganha uma dimensão que não tinha antes, ou, se tinha, era ofuscada pela atividade exportadora.” (MESQUITA, 2011, p. 26).

A forte expansão capitalista do campo no contexto maranhense é retomada a partir dos anos 1960, por meio da dinamização da pecuária através de ações oficiais do Governo brasileiro.

Como estratégia para dinamizar as antigas regiões primário-exportadoras, em 1959 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). De acordo com Arcangeli (1987, p. 34)

A criação da SUDENE foi, então, a resposta à efervescência política e social do Nordeste a época; sua estratégia reformista e desenvolvimentista e sua preocupação com políticas sociais pareceram capazes de proporcionar uma saída para as contradições inerentes à questão regional.

Tratou-se de uma tentativa de superação dos conflitos de classe da região e de expansão através do poder estatal, das formas vigentes de valorização do capital do centro-sul para o Nordeste (ARCANGELI, 1987).

Nessa década, os conflitos na região Nordeste e a luta pela terra ganham nítidos contornos a partir da consolidação, nos anos 1950, do principal movimento do período: as Ligas Camponesas.

A Formação das Ligas Camponesas teve início por volta de 1945, constituindo-se como uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que objetivavam resistir à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento (FERNANDES, 2000).

O processo de institucionalização desse movimento teve como marco a fundação da Sociedade Agricultura de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPP) em 1955, que foi organizada em uma propriedade denominada Engenho da Galiléia, cujo objetivo inicial era a venda dos produtos, bem como a fundação de uma escola na região; mas que posteriormente adquiriu forma de reação coletiva em decorrência do aumento da exploração e expropriação pelos donos de engenho.

Tal Sociedade, criada inicialmente com fins assistencialistas, rapidamente adquire um caráter político ao resistir ao proprietário do Engenho que, após a sua fundação, exige a sua extinção imediata. Contando com apoios na cidade do Recife e com a adesão entusiasta do deputado Francisco Julião, seu principal intelectual e dirigente a partir desta data, as Ligas tornam-se o movimento político camponês mais expressivo que o Brasil presenciou até aquela data. (CÂMARA, 1996, p. 3).

Seu resultado desdobrou-se na ampliação do movimento para outros estados do Nordeste, bem como para outras regiões, traçando os caminhos da luta pela Reforma Agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra (FERNANDES, 2000).

De acordo com documentos do MST (1997), as ações das Ligas resistiram somente até 1964, momento em que este e outros movimentos foram derrotados pelos militares. Contudo, esse processo de luta deixou seu legado em vários estados do Nordeste, como também, em Goiás e em São Paulo.

É importante situar que no período da ditadura militar, houve um processo de desmobilização da luta pela reforma agrária, em decorrência de muitos trabalhadores terem sido perseguidos, exilados, assassinados. A ação repressiva do Estado “[...] significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro.” (FERNANDES, 2000, p. 41).

Em relação ao Maranhão, é no contexto pós-1964 que o seu papel econômico será estruturalmente alterado, articulando-se ao capital internacional,

através da continuidade da expansão da pecuária, bem como da implementação de novas estratégias no campo, por meio da dinamização industrial e pela estratégia modernizadora. Mesquita (2011, p. 28, grifo do autor) aponta que:

A partir daí, com prioridade dada pelo Governo (Sudene, Sudam, BNDES, BB, CVRD, Estado, etc) às atividades capitalistas como pecuária de corte e os empreendimentos incluídos no Projeto Carajás, a agricultura itinerante, 'atrasada' não capitalista, que tinha no arroz a sua principal fonte de expansão, declina sistematicamente e perde importância neste contexto nacional.

Todas essas modificações foram respaldadas pelo modelo econômico adotado pelo Estado brasileiro que delineou a dinâmica da política agrícola de modernização.

A denominada Modernização Conservadora teve ascendência a partir dos anos de 1960, quando se alteram, significativamente segundo Silva (2008).

[...] as bases técnicas sobre as quais a agricultura brasileira vinha se desenvolvendo, incorporando-se um pacote tecnológico, que englobava o uso de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, assim como assistência técnica e o suporte financeiro público, visando alcançar padrões de produtividade mais elevados". (SILVA 2008, p. 90)

De acordo com Benjamim Mesquita (2006, p. 26) o conceito de Modernização Conservadora possui diferentes linhas de interpretação:

Há um grupo de autores que se reporta a esse processo como o aspecto meramente técnico do uso de tecnologia e de insumos modernos para alterar um processo atrasado por um moderno, ou seja, o termo modernização é empregado para indicar simplesmente o processo de mudança na base técnica da produção. E outros estudiosos, com uma interpretação mais ampla, consideram a modernização de forma mais integrada e ampla, transcendendo a posição tecnicista anterior, cuja meta principal era muito mais criar demanda para produtos em geral importados e produzidos por multinacionais do que propriamente solucionar os sérios problemas agrários dos países do Terceiro Mundo.

A incorporação da mecanização e quimificação reduziram, drasticamente, o volume de trabalho nos cultivos mais importantes. Houve também uma forte redução na expansão das áreas cultivadas e um expressivo número de trabalhadores que migraram para as cidades.

Outro importante agravante, causado pelo processo de modernização, foi à integração de um número expressivo de famílias rurais aos diferentes circuitos econômicos e financeiros do capital, proporcionando uma intensa exploração dos que permaneceram no campo.

Somado a isso, assiste-se ao quadro extremamente devastador do meio ambiente - com base na mecanização pesada e na introdução de agro-veneno

agrícola na produção - “[...] repercutindo ainda, para exportação da força de trabalho de jovens para realização de trabalhos temporários.” (AZAR, 2005 apud ABREU 2006, p. 12).

De forma geral, a modernização compulsória não foi capaz de traduzir a geração de riqueza em melhorias das condições de vida vigentes no campo e na cidade, uma vez que agravou a migração interna, através da saída da população rural para as cidades (SILVA, 2008).

O processo de *modernização agrícola* verificado no país, no decorrer dos anos de 1960 e 1970, teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, já que sua premissa constituiu na afirmação do desenvolvimento do capitalismo no campo com a manutenção da estrutura fundiária (MESQUITA, 2006).

O impacto dessas mudanças se manifestará por intensas expropriações, conflitos, especulação fundiária.

No que se refere ao processo de concentração fundiária inerente à pecuarização, esta atingiu as pequenas propriedades do subsistema gado-policultura que, ou desaparecem absorvidas pelas grandes, ou se enfraquecem, economicamente, devido ao empobrecimento do solo, falta de assistência técnica e financeira e pela pressão do excedente de força de trabalho, criado pela modernização (ARCANGELI, 1987).

O surgimento das grandes usinas de açúcar, para produção do álcool, além de provocar um crescente processo de concentração fundiária, passou a exigir quantidade sempre maior de cana que foi obtida, inclusive, a custa das terras trabalhadas pelos antigos moradores (ARCANGELI, 1987).

Na área canavieira, os antigos moradores perderam o uso da terra, deixaram de produzir alimentos, reduziram-se completamente à mera força de trabalho vendida ao capital.

Em síntese, a prioridade da intervenção governamental de transformação do setor agrícola proporcionou a expulsão de muitas famílias do campo, em decorrência do aumento da concentração fundiária, garantida pelos militares através do estabelecimento de uma política que priorizou a implantação da agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, sob a retórica de uma política de modernização da agricultura.

Na década de setenta, intensifica-se esse processo, com a implantação dos projetos agroindustriais, também denominados projetos de colonização, como forma de controlar a questão agrária no Brasil. “Foram mais de 50 projetos particulares de colonização, em que empresas se apropriaram das terras, fundaram cidades, criaram latifúndios, formando milhares de famílias sem terra.” (FERNANDES, 2000, p. 45).

Guimarães (1993, p. 8) explicita que a implantação dos grandes projetos,

[...] consolidou verdadeiros enclaves, de grande interesse para as empresas capitalistas, mas sem repercussões significativas no desenvolvimento econômico e social da região e, ademais, com impactos negativos consideráveis sobre as populações locais e ao meio ambiente.

Também no entendimento de Feitosa (1998 apud AZAR 2005), ao invés de beneficiar a população de forma geral, as perspectivas dos empreendimentos apontam exatamente o contrário.

A exemplo do Maranhão, o autor concebe a implantação do programa Carajás, sob o maquiavelismo florentino de que o referido planejamento se constitui instrumento contrário ao desenvolvimento regional. Em suas palavras, torna-se válido perguntar: é o planejamento do desenvolvimento socioeconômico ou o da destruição regional neste final de século XX – início de século XXI? (FEITOSA, 1998, p. 105 apud AZAR, 2005).

Tais projetos trouxeram várias consequências para a vida social, como aponta Fernandes (2000, p. 41):

Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil.

No campo, para aqueles que não migraram para as cidades, restaram o assalariamento em condições precárias, o trabalho em tempo parcial e a incerteza das ocupações sazonais, além da pobreza e da fome cotidiana suportada, muitas vezes, ao lado de extensos laranjais, canaviais verdejantes ou grandes rebanhos bovinos (SILVA, 2008).

Ao mesmo tempo, a incidência desse processo foi importante para dimensionar a questão agrária no Brasil, acarretando a insurreição de vários conflitos, como também a construção da resistência e da luta no campo, ao qual se contextualiza a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3.2 A constituição do MST no enfrentamento do avanço do capitalismo no campo: a inserção no Maranhão

Como visto anteriormente, a consolidação do modelo de desenvolvimento agrícola priorizada pelo Estado, a partir da modernização compulsória da agricultura, representou de um lado, o avanço das forças capitalistas no campo, mas de outro, constituiu-se em um fator essencial para o desenvolvimento e organização da luta dos trabalhadores.

Com a intensificação da desapropriação e expulsão de forma violenta pelos latifundiários, os camponeses começaram a romper as cercas da repressão.

Stedile e Fernandes (2005) destacam que do ponto de vista socioeconômico o processo de modernização da agricultura ocasionou o êxodo rural dos camponeses para as cidades e para as fronteiras agrícolas. “Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 17)

Os autores analisam que esse fato histórico se constituiu em um elemento crucial para a gestação do Movimento no Brasil. Segundo eles,

[...] a gênese do MST foi determinada por vários fatores. Mas o principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Nessa década, houve um processo de desenvolvimento que José Graziano da Silva denominou de “modernização dolorosa”. Foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 17, grifo dos autores).

Fernandes (2000) também reafirma esta tese, apontando que foi nesse momento de intensificação da luta pela terra que o MST emergiu no contexto nacional. Foi no bojo da expansão do próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, que nasceu um novo Movimento camponês na história da formação camponesa do Brasil na luta pela Reforma Agrária.

A compreensão do MST acerca da Reforma Agrária não ficava resumida à luta pela posse da terra, mas buscava uma concepção com sentido mais amplo, se contrapondo, naquele momento, aos dois conceitos hegemônicos no interior do debate sobre esta temática no Brasil.

Stedile e Fernandes (2005) mencionaram bem tais concepções, demarcando a primeira como sendo: a Reforma Agrária do tipo clássico conduzida

pelas burguesias industriais (no caso da França e EUA) no século passado até depois da Segunda Guerra Mundial, sendo uma reforma tipicamente capitalista.

Essa adquiriu importância para aquela etapa do capitalismo, pois propiciou um acelerado desenvolvimento industrial, na medida em que gerou um enorme mercado interno produtor de mercadorias agrícolas e ao mesmo tempo um mercado consumidor por parte dos camponeses (STEDILE; FERNANDES, 2005).

O outro conceito refere-se ao entendimento de Reforma Agrária como política de assentamento, muito utilizada pelas ações do governo brasileiro, cujo objetivo não é a distribuição da terra no sentido de democratizar a estrutura fundiária do país, mas atenuar os conflitos emergentes em torno da questão. Stedile e Fernandes (2005, p. 159) chamam atenção expondo que

[...] ainda permanece no Brasil é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar as famílias.

Ao analisar o número de desapropriações por área (1000 ha), realizadas pelo INCRA no Maranhão na década de 1980 e de 1990, período de intensos conflitos entre camponeses e latifundiários, observa-se uma ampliação na criação dos assentamentos conforme tabela:

Tabela 1 - Número de Assentamentos criados pelo INCRA na década de oitenta e noventa no Maranhão

Ano	Quantidade	Área (1000 há)
1986	03	10
1987	17	190
1988	04	52
1989	05	89
1990	0	0
1991	04	43
1992	15	71
1993	02	49
1994	05	46
1995	40	397
1996	34	105

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Ações Básicas de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2000.

Esses dados revelam, nitidamente, o que Stedile e Fernandes chamam de efetivação de uma política de assentamentos sociais.

Contra-pondo-se a esses dois conceitos, o MST possui um entendimento de Reforma Agrária, fundamentado na perspectiva democratizante de desconcentração da propriedade da terra e no combate de dois problemas estruturais que se apresentam na realidade brasileira: a pobreza e a desigualdade.

Em conformidade a esse pressuposto, Elias (2008, p. 60) aponta que a concepção de reforma agrária sobre a qual o MST se baseia visa

[...] à construção de uma política pública totalizante, enquanto ação governamental que articulada a outras políticas, visa propiciar alterações nas condições de vida socioeconômica de milhares de famílias de trabalhadores do campo e da cidade que sofrem diretamente as conseqüências do tipo de capitalismo dependente desenvolvido no país.

É por essa lógica que se compreende o processo de luta pela Reforma Agrária no MST.

A partir da presença ativa da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra - criada em 1975 -, naquele momento histórico, os camponeses passaram a organizar estratégias de resistência através de várias ocupações, dentre elas a ocupação da fazenda Magali no Rio Grande do Sul como a mais simbólica para o MST.

A mencionada ocupação tem no curso da história desse Movimento, um papel primordial sob a análise de Stedile e Fernandes (2005), mas não significou o momento central da constituição do movimento no Brasil. Segundo os referidos autores, houve vários pontos de partida para o surgimento do movimento

[...] foram várias as trincheiras. No Rio Grande do Sul, foi a Magali, não pelo espaço geográfico, pelo pedaço de terra, que ganhou repercussão, e sim, por que foi uma vitória. Se fosse só pelo espaço geográfico, em nome da verdade histórica, deveríamos dizer que o movimento surgiu da expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Kaigangs em Nonoai (RS). A Magali ganhou fama porque teve repercussão e porque foi vitoriosa. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 24)

Portanto, a expulsão das famílias camponesas do território indígena em Nonoai, constituiu-se etapa imprescindível para inauguração do processo de formação do MST em âmbito nacional.

Outro fator importante, que se deve fazer menção sobre o processo da gênese do Movimento, em conformidade com os supracitados autores, refere-se à importância do papel da Igreja na reorganização das lutas.

Este é o segundo elemento muito importante para compreensão da gênese do MST. O primeiro, como vimos, foi o fator socioeconômico consubstanciado na modernização da agricultura. O segundo é o fator ideológico. Quero ressaltá-lo porque é importante na formação do

movimento: é o trabalho da Igreja Católica e da Igreja Luterana. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.19)

No que diz respeito ao processo de organização dos trabalhadores rurais, a atuação e contribuição da Igreja Católica teve um papel histórico, datando desde os anos cinquenta, através da atuação da Ação Social Arquidiocesana (ASA) que além de desenvolver uma série de atividades assistenciais, estimulou o cooperativismo.

Particularmente na década de 1960, essa ação ganha ênfase, a partir da sua ação apaziguadora, “[...] refletindo as preocupações da instituição com a gravidade dos conflitos entre lavradores e grandes proprietários. A ação da Igreja buscava atingir toda a comunidade, incluindo lavradores e pecuaristas.” (SILVA, 2008, p. 205).

Esse apoio continuou na década seguinte através da atuação da Comissão da Pastoral da Terra, articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo, por meio do movimento de renovação doutrinária da Teologia da Libertação.

De acordo com Fernandes (2000, p. 80), em defesa das lutas de resistências lá estava a Pastoral da Terra, como principal organização de apoio. Em alguns estados, a participação da Igreja se constituía a única força combativa existente para os trabalhadores.

É partir de tais processos que se pode entender a constituição da luta e resistência do MST. Dessa maneira, a sua gênese não pode compreender-se por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos (FERNANDES, 2000).

Nesse processo histórico de luta, os trabalhadores construíram e conquistaram seu espaço político na luta pela Reforma Agrária, enfrentando os mais diversos entraves.

Fernandes (2000) destaca que depois de vinte anos da perseguição e extinção das Ligas Camponesas, do Movimento dos Agricultores (MASTER)⁹,

⁹ O MASTER surgiu no final da década de 1950, fruto da resistência de 300 famílias em Encruzilhada do Sul. Ao contrário das Ligas estes trabalhadores não estavam resistindo para não sair da terra, mas para ocupar terras. O MASTER permaneceu no cenário da luta pela reforma agrária até 1964.

nascia, da luta pela terra, um novo Movimento camponês que começava a recolocar a pauta da Reforma Agrária no campo político.

No Maranhão, a emergência do Movimento acontece em um momento de ampliação do avanço do capital. Coincide com a fase de implantação do projeto Carajás (1985-1989) e consolidação dos projetos agropecuários.

Os grandes projetos no Maranhão representaram a sólida decisão do Estado, em prol da expansão capitalista no campo, dando continuidade à expulsão dos camponeses de suas terras.

Tais alterações causaram modificações na vida dos trabalhadores que sofreram as consequências diretas do redimensionamento da produção agrícola do Maranhão.

Esse processo veio acompanhado pela apropriação privada de imensas áreas de ocupação camponesa por latifundiários e empresários, incentivado pela grilagem, tencionando os conflitos no campo. Foram vários os sujeitos coniventes com a grilagem:

[...] os cartórios, que se prestam ao fornecimento de falsos títulos de propriedade; o poder público, que faz vista grossa (quando não é o próprio impulsionador de vendas simbólicas de terras devolutas); políticos locais, veiculadores do sofisma segundo o qual em nome do 'progresso' vale tudo; e naturalmente, a polícia, aliciada por políticos e patrões, em detrimento da defesa dos direitos camponeses. (ARCANGELI, 1987, p. 120).

Em relação aos mecanismos criados pelo poder público para legitimar o repasse das terras, foram criados vários instrumentos jurídicos dos quais os principais foram a Lei de Terras (Lei 2.979, de 17 de junho de 1969) e a Lei das Ações Discriminatórias (Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976). Na mesma década, em 1971, foi criada ainda a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO).

Esses instrumentos garantiram a concessão de terras a preços irrisórios a grandes empresas nacionais e estrangeiras, que captaram volumosos recursos com a venda das áreas em decorrência das desapropriações realizadas pelo Governo Federal.

Pedrosa ([20--?], p. 19) faz menção deste episódio da história fundiária do Maranhão destacando que:

As empresas, grupos de fora de Maranhão, foram atraídas mediante anúncios de terras baratíssimas, sem concorrência pública e sem leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária. Alguns grupos para comprarem maior quantidade de hectares, organizaram várias empresas, conseguindo até 100 hectares. Muitas delas depararam-se com

posseiros dentro das áreas compradas. Organizou-se, com a participação da polícia e milícias armadas, a operação limpeza das terras.

O autor acrescenta que empresas como a Cacique, Terra Bela, Mesbla, Tucumã, Flomasa, Promasa, Varig que adquiriram terras devolutas, na década da COMARCO, a baixíssimos preços, nos anos de 1980 e 1990 receberam vultosas indenizações.

Um exemplo emblemático do fabuloso montante foi o caso da Varig, que em 1990 comprou 18.799.20 (ha) por um valor de R\$ 1.111.761 reais e vendeu em 1996 a mesma área para o INCRA por um valor de R\$ 4.061.621 reais (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997 apud PEDROSA, [20--?]).

A viabilização do apoderamento dessas terras, por parte do Estado, para estes grupos proporcionou a expulsão e migração dos posseiros para novas áreas e para o garimpo.

Também pressionou os posseiros ao longo da rodovia Transamazônica. De acordo com Pedrosa ([20--?], p. 22):

A grilagem, implantada com a vinda das grandes empresas do sul e do centro-oeste, açambarcou inclusive os corredores de 200 Km de largura ao longo das rodovias, destinadas por decretos à colonização. O único refúgio para os camponeses chegou a ser os 30 metros de terra ao longo das rodovias, sendo empurrados pelas cercas dos latifundiários.

A resultante desse processo foi uma grande concentração de camponeses sem terra, na década de 1980, na região de Imperatriz e cidades vizinhas que, através do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), passaram a formular estratégias de resistência. Esse cenário será o palco para constituição do MST no Maranhão.

A partir da articulação da CENTRU junto a posseiros, camponeses e lavradores e depois do assassinato de dois posseiros em 1985, a fazenda Capoeira em Santa Luzia foi ocupada, oficializando a constituição do MST no Maranhão.

Esse dado é importante, pois em entrevista com uma técnica que acompanhou o Movimento através do Programa Lumiar foi explicitado que: “As primeiras formas de luta articuladas pelo movimento no Estado do Maranhão ocorreram em Buriticupu e Santa Luzia através da constituição do assentamento Terra Bela.” (Informação verbal)¹⁰.

¹⁰ Informação concedida em entrevista com ex-técnica do MST, no dia 18 de janeiro de 2014.

Entretanto, a título de registro oficial, o Movimento considera que a primeira ação no Estado deu-se a partir de sua participação na ocupação da Fazenda Capoema.

A fazenda era um grilo de aproximadamente 60.000 há, onde quinhentas e trinta e sete famílias montaram acampamento. Existiam diversos grupos posseiros na Capoema e junto com os sem-terra começaram a pressionar o INCRA para a desapropriação do latifúndio. Essa ocupação foi organizada pelo CENTRU, que solicitou apoio do MST para coordenar o acampamento. Nesse período, o MST e o CENTRU trabalhavam conjuntamente. (FERNANDES, 2000, p. 121).

A articulação entre estas duas organizações permanecerá até 1988, quando o acirramento das suas relações será rompido. O principal motivo será a incompatibilidade dos objetivos das mesmas, pois o MST objetivava uma articulação autônoma dos camponeses, enquanto a CENTRU defendia o sindicato como via central de organização da luta pela terra.

Outra ocupação importante, inclusive para própria consolidação do MST no Maranhão, foi a da fazenda Itacira em 1987, comumente conhecida como Criminosa ou Vila Conceição. O projeto de assentamento da Vila Conceição foi um dos mais longos do Estado, com duração de oito anos.

Na avaliação de Taveira (1999), o processo demorado de conquista da terra trouxe inúmeras complicações, desde a desistência por parte de várias famílias em decorrência da dificuldade econômica de permanência no assentamento, até a venda de lotes e falta de credibilidade por parte dos assentados nas propostas políticas do MST.

O processo de resistência e luta dos camponeses, através das ocupações, foi acompanhado também por um movimento organizativo por parte dos latifundiários.

Dessa maneira, um ano após a ocupação da Itacira, cento e cinquenta latifundiários fundaram a União Democrática Ruralista (UDR) em Imperatriz, cujo objetivo era impedir o avanço das desapropriações de áreas privadas. Esta organização foi criada, em 1986, através de uma forte ação desmobilizadora por meio de métodos extremamente violentos.

Como braço armado e arado do latifúndio, a UDR não mediu esforços para garantir os direitos constituídos de defesa da propriedade. Para tanto, foram formadas milícias, sistema de segurança privada para os latifundiários constituídos por pistoleiros, policiais e mercenários. (AZAR, 2005, p. 64).

Após o assentamento Itacira vieram outros no início da década de 1990, como o Gameleira (Governador Edson Lobão), Juçara (Imperatriz) e Serafim (Estreito). A constituição desses assentamentos dará origem à organização da Regional Tocantina, como também ao próprio Movimento no Estado do Maranhão.

De acordo com Elias (2008, p, 113), a partir dessa fase, o MST passa a atuar de forma independente em relação à CENTRU:

Nesse contexto mantém seu processo de organização nas regiões de Imperatriz e Buriticupu, que teve continuidade com as ocupações das fazendas Gameleira, no município de Imperatriz, e Terra Bela, no município de Santa Luzia. Essas foram as duas ocupações que formalizaram a gênese do MST no Maranhão, no ano de 1988.

É importante registrar que nessa década, o MST estava em processo de organização em todas as regiões do país. No período de 1985 a 1990 se territorializou expandindo-se por dezoito estados. Assim, prosseguiram com o processo de formação do MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade (FERNANDES, 2000).

3.3 O modelo cooperativista organizado pelo MST e as Políticas Agrárias: entre a organização produtiva de base familiar e os desafios da produção coletivizada sob o ponto de vista dos Trabalhadores Associados

Nos seis anos de sua formação, em muito o MST avançou na resistência e no processo de luta dos trabalhadores rurais pela aquisição da terra, ação fundamental para a constituição da Reforma Agrária.

Através das ocupações e acampamentos, o MST também, avançou na organização política. Entretanto, era necessário refletir sobre a organização econômica no interior dos acampamentos, no sentido de garantir as condições materiais concretas para manutenção dos trabalhadores no espaço ocupado.

Tomando por base os cadernos de formação e de cooperação agrícola do MST, verifica-se que na década de 1980, a grande preocupação do Movimento se encontrava voltada para o acesso a terra. Ainda que já houvesse estudos realizados à respeito da produção, esta era uma discussão que não ocupava a centralidade do debate (AZAR, 2005).

Assim, é possível perceber que, no primeiro momento, o lugar da resistência no Movimento se ergue a partir dos desdobramentos em relação à luta

pela Reforma Agrária, mas se amplia sob outra perspectiva: a organização e sustentabilidade econômica dos assentados.

Tal questão tornou-se mais nítida a partir de 1985, quando o MST seguiu como direcionamento à organização da produção sob duas principais formas organizativas: os grupos coletivos e as associações.

No documento sobre a evolução da cooperação agrícola, é possível registrar este momento: houve um período entre 1979 e 1985 em que a orientação política do MST era de constituir grupos coletivos, mutirões e associações. No caso das associações, houve um grande estímulo pelos órgãos governamentais de extensão rural, especialmente EMATER (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999).

Daí surgiu, primeiramente, os grupos e as associações produtivas, que se multiplicaram durante o período de 1985 a 1989, sendo que o cooperativismo ganhará centralidade nos debates mais tarde, período 1989-1993¹¹, quando houve um desvendamento maior dos problemas com o associativismo.

Esse fato impulsionou a construção de propostas no sentido de avançar e buscar formas mais complexas e efetivas de cooperação agrícola dos assentamentos.

Stedile e Fernandes (1999) resgatam que de fato, no início de constituição do movimento, as lideranças tinham um debate fraco sobre a cooperação agrícola, mas com a preocupação de se consolidar como Movimento social considerando que a própria base achava que resolveria o problema só com as próprias forças.

Entretanto, foi preciso que a própria base do Movimento – os assentados – começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudança de padrão técnico do seu trabalho, acesso ao crédito.

Dado isso, destaca-se que apesar das formas anteriores de cooperação possuírem um potencial organizativo para o movimento, tanto no aspecto político quanto no produtivo, elas não conseguiram melhorar o padrão de vida dos camponeses. Isso levou o movimento à profunda reflexão sobre a organização da produção sob forma de cooperativas.

¹¹ Momento em que elabora o Plano Nacional do MST, em que uma de suas orientações era o estímulo à criação de novos tipos de cooperação agrícola contribuindo para a resistência e o avanço econômico, político e ideológico dos pequenos agricultores.

Tânia Silva (2002), resgatando também a perspectiva histórica referente à implantação do cooperativismo no MST, destaca que seu incentivo, relaciona-se ainda à crescente territorialização pela conquista de assentamentos.

Baseada em Stedille e Fernandes (1999), a autora aponta que a luta pela terra já é uma forma de cooperação, no sentido de que os sem-terra tiveram que se unir e se organizar para ocupar o latifúndio, mas ela não termina com a territorialização, na verdade novos desafios surgem para os sem-terra com a terra: a viabilização da produção.

Essa necessidade tornou-se mais evidente quando o Movimento percebeu que as principais formas de organização da produção organizadas até aquele momento, especialmente as associações, possuíam limites políticos e legais para responder às necessidades econômicas dos assentamentos. Os principais problemas constatados pelo MST foram:

Associações eram incipientes e muito informais então não geravam compromissos formais entre os associados; Dentro da gestão das associações permaneciam certos vícios artesanais de comportamentos como: individualismo, oportunismo, auto-suficiência, etc; faltava capacidade administrativa na gestão das associações; Desconhecimento das leis e princípios da cooperação; dificuldade em aplicar normas de trabalho e regras sociais de funcionamentos de grupos coletivos na produção e comercialização; [...] Utilização inadequada da mão-de-obra, com baixa produtividade do trabalho; dificuldade em ter acesso ao crédito rural de forma coletiva. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999, p. 7).

Sobre esta última dificuldade, Elias (maio de 2011) explicita que outro fator imprescindível para que o movimento pensasse no modelo cooperativista, isso em âmbito nacional, relaciona-se, intimamente, com a possibilidade do acesso aos programas de crédito.

Stedile e Fernandes (2005) apontam que durante a ditadura militar havia um subsídio concedido ao pequeno agricultor que atingia até 30% ou 40% sobre o total financiado. Esse subsídio terminou em 1985 ou 1986. Os referidos autores pontuam que com o fim do crédito o cinto apertou para todo mundo.¹²

¹² É necessário ponderar que a referida política de crédito organizada nesse período favoreceu também empresários capitalistas e latifundiários, a saber, nas palavras de Azar (2005, p. 97, grifo do autor): “Quem lucrou muito com isso foram os grandes proprietários que, por meio do crédito rural fortemente subsidiado, incorporaram médias e pequenas empresas propriedades, na lógica de um círculo vicioso de que ‘quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar’, dando continuidade histórica ao sistema excludente de concentração fundiária existente no país.”

Ao mesmo tempo em que tais subsídios tiveram importância no sentido do atendimento das necessidades técnicas-produtivas dos trabalhadores rurais sem terra, por outro lado, representaram uma estratégia política dos militares na tentativa de desmobilização e desestruturação da luta popular pela Reforma Agrária, pois se constituiu em um mecanismo na promoção da retórica modernização da política agrícola brasileira, cujo interesse maior foi possibilitar a consolidação da expansão do capitalismo no campo.

Neste contexto, situa-se o surgimento dos principais organismos reguladores da reforma agrária no Brasil no âmbito da estrutura dos governos militares: o INCRA (criado em 1970) e o Banco do Nordeste (que mesmo tendo sua emergência nos anos 1952, fortaleceu-se no período de expansão das estratégias de desenvolvimento dos militares com vistas ao desenvolvimento do Nordeste).

Tais organismos se estabelecerão desde as determinações das condições de distribuição de terras, regras de organização dos assentamentos (no caso do INCRA), até a definição dos mecanismos de acesso à assistência técnica e controle da liberação de recursos dos créditos para a produção.

No que diz respeito à discussão acerca do cooperativismo, esta se apresentou com mais veemência a partir de 1985, em decorrência do aumento da fome e baixa da produtividade no interior dos assentamentos, o que colocou em cheque o emblemático quadro em torno da sustentabilidade econômica para o MST.

Somado a isso, muitos assentados acabavam tendo que devolver a terra porque não conseguiam produzir. Evidente que essa não era a perspectiva do Movimento, que tinha grande preocupação com o futuro dos assentamentos.

Nesse sentido, era necessário não só ocupar, mas garantir as condições materiais concretas para manutenção dos trabalhadores na terra ocupada.

Portanto, a resistência, que inicialmente parecia imprescindível no processo de luta pela terra, agora viria na forma de avanço das forças produtivas, no avanço da cooperação produtiva em todas as formas possíveis (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999).

De acordo com Singer (2005 apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1998, p. 29), os documentos do próprio Movimento registram este momento frente à ideia de aumentar as potencialidades de produção e produtividade dos assentamentos:

Pela primeira vez formulam-se linhas políticas para a organização dos assentados e para a organização da produção [...] Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado. O problema da produção passava a ser tão importante como ocupar [...] percebeu-se que os pequenos coletivos e as grandes associações não conseguiram fazer avançar a produção, ora porque eram muito pequenas, ora por não se guiarem por critérios econômicos.

Tais delineamentos propiciaram a ampliação da discussão no I Encontro Nacional de Assentados em 1986, quando o movimento passou a se deter mais sobre a avaliação de toda a política de estímulo à Cooperação Agrícola com vistas a melhorá-la.

Nesse encontro, iniciou-se a luta por um crédito especial subsidiado para as famílias assentadas, com juros e prazos diferenciados dos outros agricultores, o que foi efetivado através do PROCERA (AZAR, 2005).

A citada autora aponta que, metodologicamente, o programa contribuiu de forma especial para a sistematização da proposta cooperativista no Movimento, pois através dele se vincularam técnicos com experiências acumuladas, que colaboraram com a Comissão Nacional dos Assentados.

Para Stedile e Fernandes (1999) o que importa, no período entre 1986 e 1990, é que o MST viveu um período de maturação, sistematização e estudo, de aprender o que queria. E ainda percebeu que a cooperação agrícola deveria ser pensada a partir do processo de indissociabilidade da luta econômica e com a luta política.

O MST passou então a ter clareza da importância da cooperação agrícola no interior do Movimento sendo esta compreendida como:

[...] o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trator, colheitadeira, ordenhadeira), comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto, montar uma agroindústria e até chegar ao ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1993, p. 8).

Vê-se que, no MST a cooperação adquire um sentido de coletividade visando a romper com a autossuficiência e o individualismo, com vista ao êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados à sua atividade.

Elias (2008) aborda em seu trabalho várias formas de cooperação existente no interior do Movimento. Segundo a autora, “[...] as outras formas de cooperação agrícola usualmente realizadas e incentivadas nos assentamentos são:

mutirões e trocas de dias de serviço; núcleos de produção; grupos semicoletivos; grupos coletivos; e associações.” (ELIAS, 2008, p. 97).

Embora a autora traga uma abordagem explicativa sobre os diversos tipos de cooperação agrícola existentes no MST, neste trabalho, deter-se-á a análise somente às cooperativas.

Contudo, é preciso pontuar que houve uma resistência inicial por parte do Movimento em relação ao cooperativismo “[...] pelas experiências negativas do seu modelo tradicional de organização, entendido pelo MST como um cooperativismo constituído por grandes empresas agroindustriais que desenvolvem uma política de exploração econômica dos agricultores”. (SINGER, 2005 apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999, p. 103).

Segundo Silva (2002), esta forma de cooperativa é compreendida como o modelo tradicional, que tem como proposta industrializar e modernizar as relações no campo e funciona como desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo sua destruição.

Ou seja, o crescimento das grandes cooperativas agropecuárias, amplia, consideravelmente, o número de trabalhadores subcontratados por tempo determinado e sem garantias trabalhistas, trazendo, como maiores consequências, a ampliação da concentração de terra, êxodo e a precarização do trabalho no meio rural. Essa situação revela uma relação extremamente perversa que o grande capital impõe aos trabalhadores rurais.

Ao tratar da temática, Elias (2008) aponta que, no contexto brasileiro, o cooperativismo tradicional tem como centralidade do seu discurso a necessidade de industrialização e modernização das relações de produção, de forma aliada à defesa da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Respalhada nos estudos de Silva (2002 apud ELIAS, 2008), a referida autora indica que essa estratégia tem como referência as atuais cooperativas de proprietários rurais, que se utilizam de um discurso cooperativista, com o apoio do Estado, enquanto prática legitimadora da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores rurais e camponeses, e ao mesmo tempo, da compra de sua força de trabalho.

De fato, a flexibilidade das relações de trabalho foi conduzida e respaldada pelo Estado brasileiro (de modelo tipicamente neoliberal), que desencadeou um processo de desregulamentação e liberalização da acumulação do capital a partir de um conjunto de medidas institucionais no sentido de ampliar essa flexibilização, tanto no campo quanto no espaço das cidades.

Notadamente, no que se refere à flexibilização/desregulamentação do sistema legislativo nacional de proteção ao trabalho da CLT, o Estado (sob o comando naquele período de Fernando Henrique Cardoso) concretizou uma série de medidas provisórias e abriu caminho para ampliação de formas atípicas e precárias de relações de trabalho (COSTA, 2005).

Sob análise de Krein (2001), uma dessas medidas flexibilizadoras que serviu aos interesses do empresariado como possibilidade da redução de custos, foi a criação da lei das cooperativas profissionais.

Essa realidade apresentou-se, também no campo, através do crescimento das grandes cooperativas agropecuárias e ampliou, consideravelmente, o número de trabalhadores subcontratados por tempo determinado e sem garantias trabalhistas, fato que gerou trouxe, como maiores consequências o êxodo dos trabalhadores e a precarização do trabalho no meio rural. Sendo assim, o cooperativismo agrícola tradicional traz

[...] o desenvolvimento do capitalismo ao campo não apenas como um processo exclusivo de proletarização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também como processo de subordinação crescente da renda da terra ao capital industrial e financeiro. (OLIVEIRA, 1981 apud SILVA, 2002, p. 234).

No bojo das discussões contrapostas ao modelo tradicional de cooperativismo, o MST assumiu um debate com vista à construção de um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista.

Para tanto, contrapõe-se à política do órgão oficial que representa o cooperativismo em âmbito nacional – Organização Cooperativista Brasileira (OCB) – tendo uma leitura de que esta organização prima pelo cooperativismo tradicional pois:

Adapta-se à lógica excludente do capitalismo; prioriza o crescimento da empresa ao invés de promover o desenvolvimento dos associados; privilegia os associados mais viáveis em vez de cooperar com aqueles que mais precisam de ajuda; implementa a hegemonia dos dirigentes sobre os associados; planeja de cima para baixo; induz a baixa participação e, por fim, desestimula a rotatividade dos dirigentes. (DAL RI, 1999, p. 21).

Dessa maneira, ao revés do cooperativismo tradicional, o MST orienta-se por um modelo de cooperativismo que compartilha dos valores humanos de justiça e equidade social e busca colocar em prática uma concepção superior de cooperação que traga

[...] desenvolvimento econômico e social com valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistir ao capitalismo. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999, p. 20).

Há que se ressaltar, quanto ao cooperativismo defendido e pensado pelo MST como uma importante estratégia de organização produtiva para os camponeses, mas não reconhecido pelo Movimento como estratégia na superação ao capitalismo.

Identifica-se, em vários documentos do MST, o debate do cooperativismo como um mecanismo importante para viabilização da produção, mas não como uma via na construção do socialismo.

Conforme entrevista concedida pelo dirigente do SPCMA/MA do Movimento, em 2011, as experiências de produção cooperativista do MST propõem

[...] a horizontalização da participação dos associados e a coletivização dos resultados das cooperativas visando ao atendimento não somente das necessidades dos cooperados, mas abrange o atendimento das necessidades de todos os trabalhadores nos assentamentos. (Informação verbal)¹³.

Nessa perspectiva, o cooperativismo seria utilizado com vistas a estimular e massificar o projeto de cooperação agrícola como um modelo alternativo ao modelo econômico capitalista.

Pontua-se que apesar das cooperativas ganharem destaque relevante no MST, a aceitação desse modelo de organização da produção econômica deu-se de forma gradativa no Movimento.

A partir dos anos 1990, o MST viveu um momento de crise em decorrência da política adotada no governo de Collor que acabou com as políticas públicas para a agricultura, com o crédito, com a EMATER, que poderia dar assistência técnica e com a EMBRAPA (STEDILE; FERNANDES, 1999).

¹³ Informação concedida em entrevista pelo presidente da SPC/MA do MST, em abril de 2011.

Diante destes aspectos, o Movimento passou a fazer uma reflexão mais profunda sobre as formas de cooperação, reorganizando, a partir dos anos 1990, toda a sua estrutura com vistas ao atendimento das necessidades dos assentados.

Este processo culminou na reorganização do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) visando ao alcance do seguinte objetivo:

[...] criar a nível dos assentamentos as cooperativas de produção agropecuárias (CPAs); a nível estadual: as Centrais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCA) e em nível Nacional: a CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1998, p. 29).

A primeira modalidade ajudaria a planejar os lotes dos agricultores individuais; a segunda envolveria todas as formas de cooperação legais e não como construção de um sistema econômico alternativo e a CONCRAB deveria “[...] viabilizar os assentamentos, planejar a produção e atingir o mercado em grande escala, buscando recursos, tecnologia e planejamento para a produção agropecuária”. (SILVA, 2002, p. 236)

Apesar do SCA ter sido fundado em 1988, ele ganha um caráter de consolidação 2002, e passa a ter uma nova denominação: Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA).

A esse sistema coube as atividades de produção e comercialização do MST, bem como viabilizar:

A busca de maior articulação e afinidade entre as diversas formas de cooperação, elaboração e aplicação de políticas homogêneas de desenvolvimento, formação de quadros organizacionais da cooperação, elaboração de programas de capacitação em todos os níveis, elevação da produção agropecuária e melhoramento da produtividade do trabalho nos assentamentos, a fim de atingir melhorias significativas nas condições de vida das famílias assentadas. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1998, p. 29).

Segundo Azar (2005), o SPCMA em âmbito nacional foi criado com a proposta de organizar todas as famílias de forma cooperada, garantindo assim, a diversificação da integração entre as famílias organizadas pelo MST.

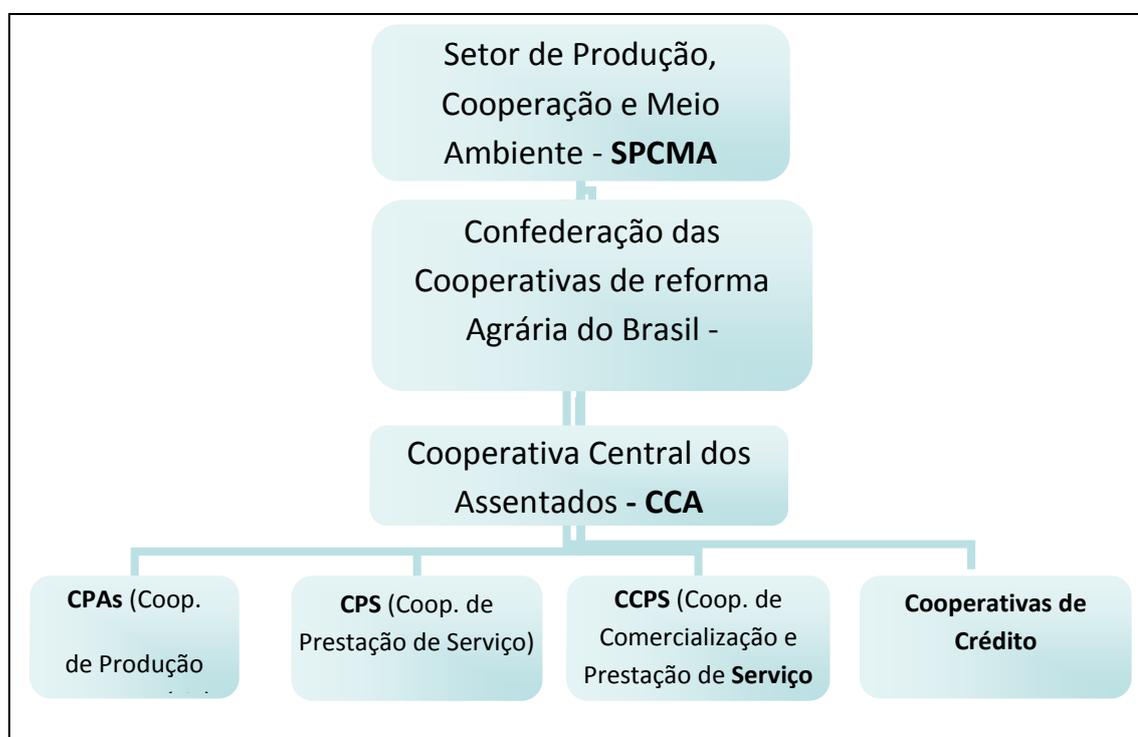
Após a criação desse sistema, o cooperativismo foi ampliado de 1990 a 1992, o que culminou na formação de uma central de caráter nacional - a CONCRAB – visando a atuar diretamente no âmbito do cooperativismo.

A CONCRAB organiza e articula os diversos sujeitos do SPCMA e sua estruturação ocorre à revelia do sistema hegemônico que articula tais iniciativas em âmbito nacional, a OCB (DAL RI, 1999).

Tal confederação, no interior do Movimento, tem o objetivo construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista e às grandes corporações cooperativistas, particularmente no setor agrário, que tem como cooperativados grandes ou médios proprietários (DAL RI, 1999).

Após a criação desse órgão, o cooperativismo, no MST, passou hierarquicamente a ser representado da seguinte forma:

Organograma 1 - Organização do cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em âmbito Nacional



Fonte: BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de Poder, dominação e resistência: OMST e os assentamentos rurais.** Cascavel: Ednoeste, 2002.

Assim, de acordo com Elias (2008, p. 90):

Iniciou-se a construção das Cooperativas Centrais de Assentamentos de Reforma Agrária (CCAs), fundadas nos estados do Maranhão, Ceará, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Junto a essas, organizam-se diversas modalidades de cooperativas, sendo as principais delas as Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS), as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e as Cooperativas de Crédito, estas últimas mais presentes na região Sul do país.

As cooperativas de crédito foram criadas no MST, com o intuito de facilitar a busca de recursos conquistados, fomentar a agricultura, estimular o desenvolvimento social, prestar serviços diretamente ao associado em seu meio,

estimular a participação de todos no processo de decisão e auxiliar no desenvolvimento da cooperação, mas na área financeira (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1998).

O debate em torno da questão do crédito iniciou-se desde 1986 quando o Movimento contou com o subsídio do PROCERA (Programa de Crédito Especial). Porém, a preocupação pela busca de recursos levou o MST, nos anos 1990, a aprofundar a discussão a partir da possibilidade de constituição de uma cooperativa de crédito.

Mas foram durante intensos debates que a idéia foi consolidada, quando o Movimento passou a discutir o crédito sob uma nova ótica: as cooperativas centrais deveriam fomentar algumas linhas de produção estratégicas para as regiões. Foi assim que, em 1993, surgiu o Fundo de Crédito Rotativo (FCR).

De acordo com registros do Movimento, na medida em que se avançou nas linhas políticas para a organização do SPCMA em todo território nacional, também se avançou nos aspectos relacionados ao crédito.

O que interessa ressaltar é que essa pluralidade de formas de cooperativas encaminhou o Movimento para a singularidade da forma institucionalizada de organização da produção.

Isso propiciou um enrijecimento de um paradigma único de cooperação entre os assentados, o que levou o MST, na década de 1990, a incorrer no erro de massificação da concepção ideológica que considerava a cooperativa, como sinônimo de cooperação.

A partir dessas reflexões, passa-se a um desdobramento sobre a proposta cooperativista organizada no Movimento, no que tange a sua orientação político-ideológica.

Stedile e Fernandes (2005, p. 96) apontam que a primeira influência ideológica sobre a cooperação, foi o viés idealista cristão. Nas palavras dos autores:

O único debate que conseguimos, nessa época, era pelo viés idealista cristão: Será que não é melhor a gente trabalhar junto? Será que a gente não vai viver mais fraternalmente se fizer mutirão? Não era uma visão, vamos dizer, cientificamente elaborada.

Esse ideal se deu por influência da Teologia da Libertação, base formativa de diversos militantes do movimento que vieram da base progressista da Igreja Católica. Foi a partir dela que o Movimento encaminhou posteriormente seus estudos em diversos pensadores clássicos marxistas.

Entretanto, os citados autores advertem que a contribuição dessa teoria não se limitou apenas ao catolicismo. Segundo eles:

A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias idéias. Se tu fizeres uma análise crítica da Teologia da Libertação, ela é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo não é por acaso que ela nasceu na América Latina. Em suma, incorporamos dela a disposição de estar abertos a todas as verdades e não somente a uma, porque está única pode não ser verdadeira. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 59).

Esse período, marcado pela fase inicial do MST, cristalizou a visão sobre a produção estritamente a uma esfera romântica.

De acordo com Stedile e Fernandes (2005, p. 95), havia uma visão romântica entre os camponeses que conquistavam a terra, pois a “[...] memória histórica destes trabalhadores estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico era do boi e da enxada.”

A partir de 1986, o MST iniciou vários estudos e visitaram diversas experiências da Nicarágua, Peru, Cuba, Chile. Foi aí que conheceram a metodologia de Clodomir Santos de Moraes.

Em 1988, foi introduzido no município de Palmeira das Missões (RS) o Primeiro Laboratório Nacional Experimental (ELIAS, 2008).

A citada metodologia “[...] consistiu em um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se buscava introduzir em um determinado grupo social a consciência organizativa de que necessitavam, para atuar em forma de empresa ou ação organizada.” (MORAIS, 1986, p. 41).

Os laboratórios visavam à formação da consciência organizativa do grupo social por intermédio de uma experiência teórico-prática.

Clodomir Moraes (1986) entendia que a formação da consciência vinculava-se diretamente à ampliação dos laços produtivos e sociais.

Organicamente ele aponta que a divisão do trabalho é uma importante ferramenta para o aumento da produtividade, pois se organizada de forma planejada supera a forma básica da produção espontânea.

A organização planejada é muito mais potente que a divisão espontânea do trabalho; as fábricas, trabalhando socialmente, obtinham seus produtos mais

baratos que os pequenos produtores isolados (ENGELS, 1964 apud MORAIS, 1986).

A prática do laboratório estruturou-se a partir de um processo organizado em três etapas: síncrese (levantamento de problemas ao qual o grupo terá de aplicar), análise (o grupo já estruturado tenta aplicar a primeira vez o modelo teórico da realidade) e síntese (momento em que o grupo avalia o que aprendeu mediante diferentes formas de participação).

No entanto, tal experiência apresentou limitações, sobretudo no âmbito da sua praticidade, pois, segundo Elias (2008, p. 88)

[...] os laboratórios eram organizados em forma de cursos no seu período de duração, momento em que todas as atividades eram realizadas conforme o planejamento, mas quando se tentava implementá-las na realidade dos assentamentos, as experiências não avançavam e nem se mantinham.

Stedille (2005) faz menção às experiências do laboratório, e aponta que apesar de ser um método rígido, em muito elas contribuíram para a formação da consciência social dos trabalhadores rompendo com o individualismo.

Isso porque, os trabalhadores naquele, momento tinham uma cultura de organização da produção consubstanciada no trabalho familiar, o que limitava a mudança de padrão técnico mais moderno, bem como a divisão do trabalho de maneira coletivizada.

A ideia da formação de cooperativas, inteiramente coletivizadas, surgiu na década de 1990 quando se construiu a proposta da criação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), que pressupõe a coletivização da terra, do capital e do trabalho.

Segundo Pedro Demboski (2007 apud ELIAS, 2008), essa experiência foi criada a partir do laboratório organizacional do campo, como primeira experiência de cooperativa coletiva, que deu origem as CPAs.

Para Carvalho (1998, p. 29) foi a partir de 1989 que tal idéia ganhou relevância:

A partir de 1989 [apenas para uma referência histórica] a idéia de coletivização da produção começou formalmente a perpassar o discurso hegemônico, resultando na idéia da CPA como alternativa mais promissora para a socialização no campo e a construção do homem novo.

A ideia da formação de cooperativas inteiramente coletivizadas é, sem dúvida, uma das questões mais polemizadas pelos críticos do MST.

É possível identificar esses limites a partir dos estudos de Maria Antônia de Souza (1999 apud SINGER, 2005, p. 114), em sua pesquisa realizada em três assentamentos: Abapan (região centro-oeste do Paraná) Novo Paraíso (Paraná) e Santa Maria (Oeste do Rio Grande do Sul) quando ela diz que:

Os três estudos de caso evidenciam as dificuldades de implantar formas avançadas de cooperação nos assentamentos orientados pelo MST, tanto por questões culturais – a preferência da maioria pela agricultura familiar, em moldes tradicionais - como por questões econômicas.

A mesma autora coloca que na fala de vários assentados é comum perceber uma expectativa acerca do retorno econômico imediato e com a frustração dessa expectativa os fazem desistir do empreendimento.

Na avaliação de Singer (2005) o fracasso da maioria das CPAs foi causado possivelmente porque a maioria dos assentados prefere a pequena produção de mercadorias, mesmo que ela resulte em menor padrão de vida e maior risco.

Contudo, um dos empecilhos sem dúvida destacado por Stedile e Fernandes (2005) é a permanência da lógica da propriedade privada da terra, ou seja, do lote individualizado, que ficou enraizada como modelo natural no campo brasileiro, donde a proposta de experiências diferentes dessa lógica gera algum tipo de conflito.

Esta proposição ficou claramente evidenciada nas experiências cooperativistas organizadas pelo MST no Maranhão, em que nenhuma das três cooperativas agropecuárias organizadas pelo Movimento (COOMARA, COOPERVID e COOPACMA) conseguiu realizar o trabalho agrícola de forma coletivizada.

O surgimento das primeiras cooperativas, organizadas pelo MST no Maranhão, teve início na década de 1990, com a formação da primeira cooperativa na Baixada Maranhense - a COOPERVID, em 1993. Nesta mesma região foi criada ainda a COOPACMA com vistas à organização da produção e beneficiamento do arroz.

As outras cooperativas criadas posteriormente foram: a COOMARA fundada em 1997 em Imperatriz e a Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em áreas de Reforma Agrária (COOPERA) criada em 1998 em São Luís.

Tabela 2 – Cooperativas Organizadas pelo MST no Estado do Maranhão

Ano de Fundação	Cooperativa
1993 2012 (Reativada)	COOPERVID (Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante)
1997 2012 (Reativada)	COOMARA (Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região Tocantina)
1997	COOQAQMA (Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento 04 de Maio)
1997	CCA (Cooperativa Central de Reforma Agrária)
1998	COOPERA (Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em áreas de Reforma Agrária)
2011	COOPEVI (Cooperativa do Vale do Itapecuru)

Fonte: Informações concedidas em entrevistas com dirigentes do MST do setor SPCMA/MA em 2013.

Paralelamente ao surgimento das cooperativas, amplia-se o avanço do capital no campo, expressamente na região Tocantina e em Açailândia.

É nesse momento que se coloca o desafio para o MST de organizar a produção de forma mais eficiente nos assentamentos, dada à intensa competição da produção mecanizada e industrializada das técnicas dominantes desenvolvidas na região.

O período do governo Collor coincide com um período de crise para o MST. Segundo Stedile e Fernandes (2005, p. 103):

No início do seu governo houve um desmantelamento geral. O Banco do Brasil quase foi à falência. Isso gerou uma crise ainda maior na agricultura que já vinha numa crise de lascar. É lógico que essa crise afetou também os assentamentos e o próprio movimento como tal. Isto nos obrigou a fazer uma reflexão ainda mais aprofundada sobre as formas de cooperação.

Percebíamos que o desenvolvimento já conquistado pelo MST era insuficiente para se fazer frente à ofensiva do governo Collor.

Assim, houve uma forte correlação entre o fim dos subsídios de créditos e o impulsionamento da discussão sobre a necessidade de amadurecimento pelo movimento acerca da organização do cooperativismo.

Contudo, apesar da formação das cooperativas constituírem uma linha política do Movimento, além de serem vistas como alternativa para a organização econômica das famílias assentadas, no Maranhão, essas poucas se desenvolveram (ELIAS, 2008).

No Estado do Maranhão, o cooperativismo teve poucos avanços, por vários motivos. Porém um elemento central, de acordo com dirigente do SPCMA/MA da Regional de Açailândia, tem sido a própria organização cultural dos agricultores:

Essa cultura é produto da própria forma de como os agricultores vão se organizando na sua trajetória de vida. No Nordeste e no Maranhão, sobretudo, a principal forma de trabalho é a de base familiar na roça ou nas fazendas como vaqueiros. A única forma de trabalho coletivo ou cooperação são os mutirões, realizados para preparar a terra para o roçado. (Informação verbal)¹⁴.

Compreende-se, então, que na avaliação desse dirigente, o aspecto cultural e formativo do camponês maranhense, orientado para a perspectiva da posse individual da terra com a sobreposição da organização produtiva de base familiar, coloca-se como um impasse para o desenvolvimento do cooperativismo no interior dos assentados no Maranhão.

Em relação a este fenômeno cultural do camponês, Lênin (apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000) considera, para o desenvolvimento da cooperação, duas tarefas essenciais: a primeira tarefa refere-se a refundir o aparelho administrativo e a segunda tarefa é de empreender uma ação cultural em prol do campesinato. Em suas palavras:

Esse trabalho entre os camponeses tem por objetivo econômico a cooperação. Se pudéssemos agrupá-los em cooperativas, entraríamos todos no terreno socialista. Mas esta condição implica um tal grau de cultura do campesinato [...] que essa organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma verdadeira revolução cultural. (LÊNIN apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2000, p. 56-57).

¹⁴ Informação concedida em entrevista pelo dirigente do SPCMA/MA da regional de Açailândia em 9 de setembro de 2013.

Essa forma de uso da terra no Maranhão tornou-se hegemônica após a implementação da chamada colonização dirigida. De acordo com Arcangeli (1987, p. 17):

A colonização dirigida acaba salvando o latifúndio e o colono não e é uma forma de distribuir pouca terra para não distribuir muita, na reprodução da contradição originária da migração, que tem por base o problema da estrutura fundiária concentrada e o monopólio capitalista da terra. Sua operacionalização é uma maneira de controlar ideológica, política e econômica o colono, num processo de domesticação para a salvaguarda dos interesses do capital, manifestos na reprodução, ao nível de núcleos e agrovilas, de aspectos relevantes do universo capitalista, tais como a transformação da perspectiva de propriedade privada legalmente adquirida com dinheiro; as fórmulas individuais e individualistas de obtenção da produção, que excluem o associativismo produtivo, onde o trabalho e seus frutos poderiam ser distribuídos de forma comunal.

Grande parte das terras, principalmente na região Tocantina, foram ocupadas por trabalhadores expulsos do Pará e Piauí.

Essa história de posse proporcionou uma relação de posse individual da terra, cujo produto consolidou uma cultura de apossamento individual da terra, causado pelo processo de expropriação violenta.

Assim, a ocupação por estes camponeses engendrou formas de apropriação dos territórios sob a vigência de uma cultura individualista dificultando o processo de organização de estratégias coletivas no interior dos assentamentos.

Taveira (1999) explica que no Maranhão, a origem das pessoas que se transformam em trabalhadores rurais assentados, dá contornos específicos a esse individualismo. Os elementos explicativos da autora se baseiam:

[...] no processo diferenciado de distanciamento e aproximação da terra, primeiro pela sua expulsão, pela violência, falta e posse jurídica, exploração, dívidas ou outros motivos que levaram a perda da terra, depois sua reaproximação ao campo, e forma modificada, o que lhe confere características diferentes na sua forma de agir no âmbito do assentamento. (TAVEIRA, 1999, p. 12).

Uma das principais consequências desse fato, no âmbito das relações sociais e do uso dos meios de produção no campo, foi a alteração irreversível na prática do uso comum da terra, realizada por parte do campesinato maranhense como quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco babaçu (ELIAS, 2008).

Também Moraes (1986), em sua teorização, faz uma avaliação do comportamento ideológico do camponês caracterizando-o como individualista, e, portanto, preso a uma consciência ingênua que, segundo ele, se manifesta entre os

indivíduos dedicados ou vinculados à produção de valores predominante de uso, ou seja, de consumo.

A ideia de Moraes (1986) reitera a opção do camponês pela permanência da atividade produtiva familiar a partir da organização dos lotes sob posse individual.

Ribamar Sá Silva (2008) discute que a oposição entre a dimensão individual e coletiva, tem sido de fato uma questão recorrente das formas de organização das experiências nos assentamentos no Maranhão.

A complexidade presente no cotidiano dos assentamentos, notadamente no que diz respeito à resistência, por parte dos assentados, à total coletivização, suscita o aparecimento de propostas referentes a modelos mistos, nos quais as formas coletivas não devem neutralizar de todo as iniciativas individuais. Neste particular o associativismo assume papel importante. (SILVA, 2008, p. 196-197).

Assim, os agricultores preferem se organizar em associações, pois nessa modalidade de cooperação, os lotes e a produção pertencem individualmente a cada família, sendo que apenas alguns instrumentos de trabalho e o maquinário é que ficam distribuídos coletivamente.

Por tal motivo é que no Maranhão há uma prevalência na escolha pelo associativismo, pela possibilidade de permanência da posse individualizada da terra.

Porém tais dificuldades são resultados também das contradições mais globais que os geram, como a priorização de interesses inerentes à lógica do modo de produção capitalista de produção que, conduzido pelo Estado, obstrui e destrói a elaboração de estratégias organizadas pelos camponeses contrárias a essa lógica.

O próprio incentivo do INCRA quanto a priorização da formação de associações nos assentamentos legitima estes interesses na medida em enfraquece a possibilidade de fortalecimento do cooperativismo como uma perspectiva de organização econômica autônoma das famílias.

A organização dos assentados em associações caracteriza a maneira do INCRA controlar ideológica e politicamente as famílias desarticulando as ações de base dos trabalhadores e do próprio MST.

A opção pelo associativismo é uma das formas mais utilizadas nos assentamentos do MST no Maranhão. Segundo pesquisa realizada por Elias (2008) sobre as principais formas de cooperação agrícola organizadas pelo movimento, é possível perceber este dado:

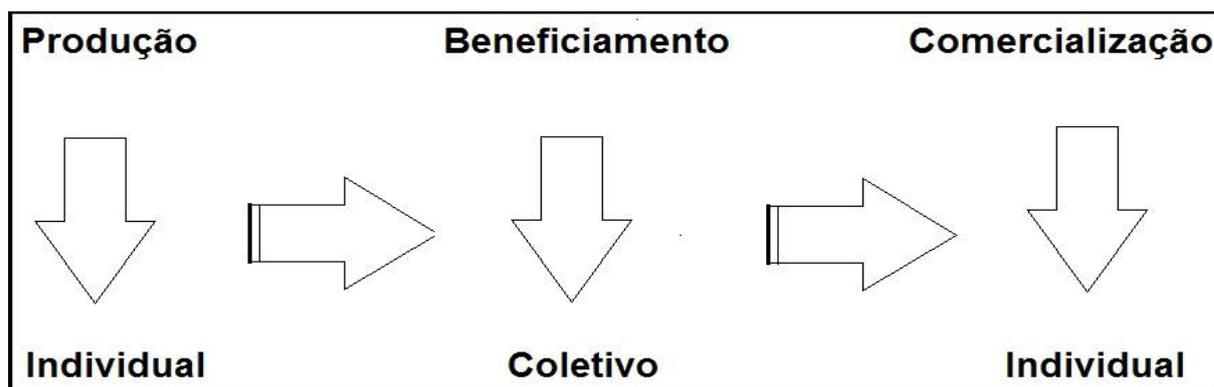
Tabela 3 - Formas de Cooperação Agrícola existentes no MST

Formas de Cooperação Agrícola	Tocantina	Açailândia	Pindaré	Médio Mearim	Baixada	Itapecuru
Mutirão	x	x	X	X	x	X
Grupo Semi coletivo		x				
Grupo Coletivo	x					X
Associação	x	x	X	X	x	x
Cooperativa	x				x	x

Fonte: ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. **A cooperação agrícola na organização política do MST:** um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. p. 133.

Em entrevista com um militante do MST e residente do assentamento Califórnia (fundado em 25 de março 1996), ele analisa que o projeto da apicultura tem dado certo no assentamento em contraposição à cooperativa, pelo fato do seu funcionamento se direcionar pela seguinte lógica:

Figura 1 – Modelo do Projeto de Apicultura



Fonte: Informação concedida por um dos cooperados da COOMARA em entrevista no dia 28 de setembro de 2013.

Silva (2008, p. 244) confirma esta tese quando diz que:

As famílias tendem a optar pela produção individualizada, não sendo comum a opção por soluções coletivas, como cooperativas ou parcerias com agroindústria. Entretanto, quanto às ações reivindicatórias por benefícios e serviços sociais, as famílias continuam atuando coletivamente através das associações.

A dificuldade para a organização das formas coletivas, como as cooperativas, inicia-se no momento de organização do lote.

De acordo com dirigente do setor de SPCMA/MA, no momento do acampamento é fácil organizá-los em torno de objetivos comuns. Porém, esse quadro muda quando as famílias passam a ser assentadas (Informação verbal)¹⁵.

Analisando os elementos que emperram as cooperativas de alavancarem no Estado do Maranhão o dirigente geral do setor de produção, cooperação e meio ambiente aponta os seguintes fatores:

1) no Maranhão as experiências não conseguem superar a produção primária 2) políticas públicas seguem em geral a lógica da política agrícola vigente, permitindo ao latifundiário ser o grande beneficiário do dinheiro público; 4) continuidade da lógica paternalista, pois a maioria das experiências somente deram certo até o momento em que os técnicos estiveram apoiando o grupo depois se esfacelaram. (Informação verbal)¹⁶.

O primeiro fator pode ser justificado através do embasamento da tese de Morais (1986, p. 49) quando sintetiza que a resistência dos assentados em aderirem ao modelo cooperativista, representa os vícios herdados da “[...] propriedade privada, dos meios de produção ou gerados pela visão idealista das formas artesanais de trabalho que determinariam os comportamentos prejudiciais à organização de uma empresa coletiva.”

Segundo ele o campesinato não consegue “[...] ver globalmente, nem planejar devido a vícios herdados do processo produtivo simples.” (MORAIS, 1989, p. 46).

Sobre o primeiro aspecto um dos dirigentes do SPCMA/MA aponta que:

O agricultor maranhense tem a cultura de lidar com a fatura da produção natural da região. Isso tem sido um problema, pois quando as formas naturais vão se esgotando, aí o produtor tem dificuldades de continuar se mantendo, pois não tem experiência do cotidiano para a produção em maior escala voltada para o comércio. (Informação verbal)¹⁷.

As alternativas devem ultrapassar a produção de subsistência para alcançarem resultados. Em documentos do MST, vê-se esta orientação:

Uma unidade de produção qualquer, somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades suficientes para garantir remuneração da

¹⁵ Informação concedida em entrevista pelo Líder do SPCMA/MA do Setor da Regional de Açailândia, em 09 de setembro de 2013.

¹⁶ Informação concedida em entrevista pelo líder do SPCMA/MA no dia 20 de maio de 2011.

¹⁷ Informação verbal concedida em entrevista pelo membro da COOPERVID e dirigente do movimento no Maranhão em 20 de maio de 2011.

mão de obra aplicada. E gerar um excedente dos gastos necessários para a sobrevivência. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999, p. 14).

O Dirigente do SPCMA/MA do Estado do Maranhão faz uma comparação com a realidade do Sul do Brasil, indicando no Sul, os agricultores têm a prática de ir além da produção primária, ultrapassando todos os ciclos necessários até chegarem à agroindústria. Os ciclos necessários para que uma cooperativa alcance viabilidade econômica, de acordo com sua análise são três:

1ª: Fase da implantação da cooperativa – utilização da política de crédito para compra dos meios de produção, com vistas a gerar excedente e passar da subsistência para a produção de mercadorias.

2ª: Fase da Consolidação – venda das mercadorias – geração de excedente – investimento na produção.

3ª: Fase Desenvolvimento – utilizar o excedente acumulado em produtos agroindustriais. (Informação verbal)¹⁸.

Na realidade maranhense acontece o contrário: os produtores utilizam os recursos na aquisição de máquinas e meios de transporte, não geram excedentes, entrando em processo de endividamento.

Ao questionar se há uma experiência que tenha referência no Maranhão, ele afirma: “[...] a Coopervid possui uma boa referência, mas em âmbito organizativo, porém com grandes dificuldades no aspecto econômico, apontando que hoje o seu maior limite tem sido a pouca capacidade técnica e de gestão dos cooperados.” (Informação verbal)¹⁹.

De forma geral ele sintetiza que, no caso do Maranhão, há outra dificuldade que é das cooperativas se inserirem num mercado voltado para exportação, favorável às grandes empresas multinacionais de alimentos, no caso da soja e também no incentivo da expansão da pecuária.

Foi a partir dessa dificuldade que o movimento retomou o debate acerca do fortalecimento das cooperativas no Estado em 2012, com vista à organização da produção e comercialização dos produtos dos assentamentos através da criação de agroindústrias.

Essa intenção alinha-se justamente no momento em que o Governo Federal lança o Programa Terra Forte, que tem por objetivo apoiar e promover a agro-industrialização em assentamentos da reforma agrária em todo o país (BRASIL, 2013).

¹⁸ Informação concedida em entrevista pelo presidente do SPC/MA em 20 de maio de 2011

¹⁹ Informação verbal concedida pelo presidente da SPC/MA em 20 de maio de 2011.

O lançamento do programa realizou-se em uma cooperativa localizada no Paraná.

O piloto do Programa teve início em 2009 quando dez cooperativas da reforma agrária, a maioria de assentados do MST apresentou ao BNDES a proposta de agro-industrialização. Naquele ano foi formalizado protocolo de intenções entre a EMATER/PR e as cooperativas, visando à elaboração, execução e prestação de contas dos projetos. Até 2011 cinco cooperativas foram contempladas em Santa Catarina e Paraná com recursos de R\$ 16 milhões. Cerca de 3.2 mil famílias foram diretamente beneficiadas. (BRASIL, 2013).

No caso do Maranhão, o MST encaminhou três propostas a partir da reativização das cooperativas já existentes no movimento: a da COOMARA com vistas ao beneficiamento de laticínio, a COOPERVID voltada para o arroz, e o projeto da Cooperativa de Aproveitamento da Mandioca de Itapecuru (COOPEVI) – aproveitamento da mandioca. Este último, não foi aprovado.

No pré-projeto o orçamento previsto é de 4 milhões e 250 mil. A gestão será realizada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), através da Fundação José Montello, no prazo de dois anos e meio.

No caso das cooperativas organizadas no Maranhão percebe-se que o cooperativismo é utilizado como instrumento de acesso à política de crédito.

Procura-se desenvolver duas ideias básicas no que tange o desenvolvimento das políticas agrícolas direcionadas pelo Estado brasileiro aos camponeses.

A primeira, referente às políticas públicas direcionadas a exemplo, das políticas de crédito, não atendem as necessidades dos assentados, embora dirigidas a estes segmentos. Os efeitos de tais políticas geram muito mais um processo de endividamento do que expansão da produção e desenvolvimento dos assentamentos.

A segunda refere-se à priorização dos financiamentos de culturas de exportação, o que proporciona uma competição desigual e encolhimento da produção dos pequenos produtores, ou seja, a decisão política de aplicação dos investimentos direcionados aos grandes latifundiários e grupos empresariais monocultores, deixa em posição marginal os pequenos, gerando historicamente um efeito concentrador não somente da posse da terra como também do direcionamento dos recursos públicos.

Quando se analisa as políticas verifica-se que as condições e o montante dos recursos se diferenciam entre os segmentos.

Azar (2005) acentua que no caso das políticas implantadas nos governos militares, os maiores favorecidos foram os empresários capitalistas e os latifundiários. A saber, nas palavras da autora:

Quem lucrou muito com isso foram os grandes proprietários que por meio do crédito rural fortemente subsidiado incorporaram médias e pequenas empresas propriedades, na lógica de um círculo vicioso de que 'quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar', dando continuidade histórica ao sistema excludente de concentração fundiária existente no país. (AZAR, 2005, p. 97, grifo do autor).

Em entrevista concedida pelo Presidente da Concrab, ele indica que as cooperativas continuam sendo importantes instrumentos para o acesso às políticas públicas e que ainda hoje

[...] a tendência de criação de novas cooperativas se dá principalmente porque o Estado está organizado de forma que, para acessar políticas públicas, cada vez mais, é necessária uma representação jurídica, e a cooperativa é nossa única saída. (FORNAZIERI, 2011).

O Movimento pensou nesta forma típica de modelo de cooperação, como possibilidade de integrar mais os assentados como também no sentido aproveitar mais os recursos da estrutura nacional que estava sendo organizada através do SPCMA, no sentido de "[...] intercambiar recursos, máquinas, conhecimentos, mão de obra entre as várias unidades de produção." (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999, p. 15).

O cooperativismo, no âmbito do MST, atua em três frentes:

- a) Como alternativa ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores;
- b) Pretende construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar do associado, da cooperação desses entre si e com as cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organização dos assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de produção;
- c) De oposição à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas dos assentados. (SILVA, 2002, p. 234).

No que concerne à dimensão dos valores, o presidente do SPCMA/MA diz: "A contribuição do cooperativismo para além de trabalhar no desafio de viabilização econômica dos assentamentos, tem sido um instrumento de fortalecimento da base, na medida em que provoca a constituição de novos valores." (Informação verbal)²⁰.

²⁰ Informação concedida em entrevista em 20 de maio de 2011.

Para ele, a diferença do modelo de cooperativa organizada nos assentamentos está em difundir uma nova forma de produção agrícola e de cultura produtiva coletivizada.

Assim, quando o Movimento pensou na constituição das CPAs nos assentamentos como alternativa promissora a pretensão final era a seguinte, de acordo com Carvalho (1998, p. 29):

A pretensão final da coletivização era a ressocialização das pessoas (e famílias) para a construção do homem novo, de inspiração socialista, esta expressa nos novos valores que a prática social coletiva (novos padrões sociais de reciprocidade que proporcionasse uma nova coesão social) iria inspirar e consolidar para a superação dos valores vigentes de natureza liberal-burguesa.

O cooperativismo aparece, assim, desde a sua formulação inicial como uma das frentes táticas organizativa do Movimento em direcionar o planejamento de suas ações, bem como uma elaboração de alternativas diferentes do que o capital vem impondo atualmente no campo.

Fabrini (2008), remetendo-se a discussão de Schere-Werren (1999), indica que os movimentos sociais elaboram várias ações de reação às formas de dominação, e por que não acrescentar (re)elaboram estratégias de resistência de diversas formas, dependendo do contexto em que se inserem historicamente. Estas reações podem ocorrer sob forma de:

Denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; - cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; - construção de uma utopia de transformação, com criação de projetos alternativos e de propostas de mudança [...] (SCHEER WARREN, 1999, p.15 apud FABRINI, 2008, p. 241).

Um segundo aspecto, refere-se à questão da tensão entre viabilidade econômica e os aspectos políticos do cooperativismo. De acordo com o MST, fica clara a tensão permanente que viverão as empresas econômicas do Movimento, devendo responder a dois caráter: político e de empresa econômica (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999).

No que concerne à questão da viabilidade econômica, esta é considerada por membros do próprio Movimento um dos maiores desafios para o MST (Informação verbal)²¹.

²¹ Informação concedida em entrevista pelo dirigente geral do SPCMA/MA em 20 de maio de 2011.

A indicação da pouca viabilidade econômica das cooperativas, no MST, é apontada por vários estudos, a título de Ferreira (2003) ao registrar que, no caso das cooperativas de produção agropecuária, elas são, em geral, pequenas empresas que atuam em ramos de produção muito pouco rentáveis atualmente, possuem pouca capacidade de se capitalizar, pouca experiência de gestão e de participação da concorrência do mercado.

Na Avaliação do MST, os resultados econômicos são importantes contudo, o Movimento aponta que o seu objetivo maior tende a extrapolar essa dimensão: “Queremos melhoras econômicas. Queremos melhoras sociais, mas queremos também atuar politicamente, colocando as cooperativas no cenário da luta de classe, com definição ideológica favorável ao projeto político da classe trabalhadora.” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999, p. 12).

Em que pese tais dificuldades a avaliação do MST indica que, mesmo sendo pouco efetivo no que concerne ao aspecto econômico, vê-se as cooperativas como importantes instrumentos de luta, pois atuam na promoção da identidade de resistência. Segundo Castells (1999, p. 24 apud CARVALHO, 2005, p. 248) consubstancia-se em:

Uma estratégia criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

“Se não resolvemos o problema econômico dos assentados, pelos menos vamos amenizá-lo e, sobretudo, dar uma demonstração de integração social.” (SDEDILE; FERNANDES, 2005, p.123).

É a partir do caminho do possível que se encaixa dentro de uma pedagogia da resistência ao processo de exploração e expropriação inscrito na lógica do desenvolvimento capitalista do campo. Para que esta pedagogia da resistência possa dar resultados à cooperação passou a ser entendida de forma multidimensional, ou seja, a partir da articulação dos campos econômico, político e social. (SILVA, 2002, p. 235).

Quanto aos resultados das outras duas dimensões - política e social - é inegável os avanços do movimento com relação ao funcionamento da cooperativa e aos avanços obtidos no assentamento. Souza (1999) indica que é notório a melhoria na qualidade de vida das famílias, da construção das casas, da infraestrutura e dos setores de produção.

Os documentos do Movimento registram esses resultados, com os quais se consegue criar uma estrutura orgânica, grupos de famílias, vizinhança, setores de produção, atrelado a isso a cooperação avançou, pois além do econômico, consegue-se avançar também no político e social, e nas relações de amizade entre as pessoas (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999).

Em síntese as cooperativas passaram a representar o sentido da resistência econômica, visto que, mesmo a distribuição em dinheiro sendo pouco expressiva, se comparada com a média urbana, é considerável em relação aos demais pequenos agricultores e assentados individuais (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1999).

4 CONCLUSÃO

Enquanto perspectiva ideo-política o cooperativismo comparece como importante instrumento para o MST, ainda que no Maranhão, tal iniciativa tenha apresentado fragilidade em relação a essa modalidade de cooperação.

A pesquisa identificou que os principais limites apontados por dirigentes do setor de produção, cooperação e meio ambiente no referido Estado tem sido: a limitada capacidade de autogestão das cooperativas, dificuldade técnica e a pouca adesão por parte dos assentados, gerados pelo aspecto cultural e formativo do camponês maranhense embasados na posse individual da terra.

Em relação ao fenômeno cultural, o próprio Lênin compreendeu analisando o contexto da Revolução Russa, que a cooperativização somente poderia ser alcançada a partir de um amplo processo de revolução cultural dos trabalhadores.

Nesta direção concordamos com a idéia de Lênin de que o cooperativismo pode ser um importante instrumento utilizado na conversão da produção social, contudo, se utilizado de forma consciente.

Meszaros já apontava a importância da consciência como um elemento decisivo para o processo organizativo das lutas.

Verificamos que de alguma maneira o cooperativismo contribuiu para o processo de resistência no interior do MST na realidade maranhense, seja no plano político, em torno da concepção de novas formas de relações de trabalho, seja em pequenos, mas significativos retornos materiais.

Talvez esta questão do retorno econômico possa dar a conotação de que esta modalidade de cooperação fracassou, contudo é relevante destacar que este é um dado representativo do Maranhão. Seguem como referência em âmbito nacional várias experiências organizadas pelo MST no Sul do país, a exemplo da Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo-Oeste Ltda – COOPEROESTE localizada no Oeste de Santa Catarina e da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda – COPAVI situada no assentamento Santa Maria no Paraná.

Entretanto, os limites apresentados no Maranhão alimentou a necessidade de reelaboração e redefinição do cooperativismo neste Estado, o que

possibilitou a reativação de duas cooperativas pelo MST: a Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante e a Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região Tocantina, no sentido de viabilizar a implantação de agroindústrias nos assentamentos.

Dessa forma, o saldo positivo da experiência no que concerne a organização política demonstrou a necessidade do Movimento de se apropriar mais desta estratégia, fazendo uso desta forma de organização da produção, como um instrumento no contexto do avanço do capital na realidade maranhense. Portanto, o MST fez a avaliação de que invalidar tal estratégia seria desconsiderar seu potencial histórico.

Assim, o cooperativismo tem sido redescoberto como estratégia histórica no processo de luta social e de resistência, contrapondo-se ao domínio do capital.

A cooperativa tem um papel importante quanto à resistência, no sentido de imprimir a difusão de valores mais solidários e justos na organização da produção.

Contudo, temos que compreender tal resistência não se dá de forma homogênea e, como um processo dado, mas ela se gesta um embrião contraditório, no bojo das condições objetivas e subjetivas, podendo sofrer mudanças durante o processo de luta.

As mudanças na cultura política, trazidas pelo incremento da cooperação, indicam possibilidades de superação das formas tradicionais de exploração presentes na história do sistema capitalista. Essa nova cultura cooperativa, certamente, contribuirá de forma significativa para a construção de uma nova consciência organizativa nos camponeses maranhenses.

Entendemos, portanto, que o cooperativismo no interior do Movimento vem se constituindo como uma de suas frentes no processo de organização da produção e do trabalho, que se desenvolvida de forma consciente pode contribuir também para o avanço da luta política dos camponeses.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A Constituição da Solidariedade e o significado histórico da reatualização da filantropia e do cooperativismo**. São Luís: DESES/NUPPP/UFMA, 2003. Projeto de pesquisa.

_____. **Tendências das Relações de Trabalho no contexto da expansão capitalista no Maranhão**. São Luís: GSERMS/UFMA. 2006. Projeto de Pesquisa

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).

ARCANGELI, Alberto. **O mito da Terra**: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987. (Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária, n. 3).

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção da Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

_____. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão**: o assentamento Califórnia como uma expressão. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BIHR, Alain. Da grande noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise. Tradução Wanda Cadeira Brant. 2ª Edição, 1999.

BLANCO, C. Manoel. O processo de Terceirização nos bancos. In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. S. (Orgs.). **Terceirização**: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec: Cedi/Nets, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Geral da Presidência. **Programa Terra Forte**. Brasília, DF, 2013. Não paginado. Disponível em:<<http://www.secretariageral.gov.br/terraforte/programa-terra-forte/>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

_____. Presidência da República. Lei n. 8.949, de 9 de dezembro de 1994. Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1994.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de Poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Ednioeste, 2002.

CÂMARA, Antônio. A atualidade da reforma agrária: de Canudos aos Sem-Terra – a utopia da terra. **Olho da História**, Salvador, n. 3, 1996.

CARVALHO, Horácio M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1998.

_____, P. Política de convênios ainda gera polêmica entre o Estado, indígenas e indigenistas. **PORANTIM**, Brasília, v. 26, n. 27, p. 11-13, jan./fev. 2005.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. São Paulo, 1993. (Caderno de Formação, n. 20).

_____. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST**. São Paulo, 1999. (Caderno de Cooperação Agrícola, n. 8).

_____. **O cooperativismo no pensamento marxista**. São Paulo, 2000. (Caderno das Experiências Históricas da Cooperação, n. 2).

_____. **O Sistema de Crédito Cooperativo**. São Paulo, 1998. (Caderno de Cooperação Agrícola, n. 8).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Ed USP, 2005.

DAL RI, Neusa Maria. **Economia Solidária: o desafio das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. **A cooperação agrícola na organização política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo, Global, [1980].

FABRINI, João Edmilson. Movimentos Sociais no Campo e outras Resistências Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2 ed. São Paulo: contexto, 2003. (Coleção Economia). p. 81-92

FORNAZIERI, Milton. Precisamos de cooperativas mais sólidas, afirma presidente da Concrab. **Jornal sem Terra**, Rio Grande do Sul, jun. 2011. Entrevista de Jade Percassi.

HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petropolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Os projetos e os níveis de alternativas. In: AMIN, Samin; HOUTART, François (Orgs). **Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 377-392.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Ações Básicas de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2000.

KREIN, José Dari. **O Aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 1990**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

LEITE, Márcia de Paula (Org.). **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Papirus Editora, 1997.

_____. **A experiência brasileira da reestruturação produtiva no Brasil e suas implicações**. 2003.

LÊNIN, V. I. **Obras Escolhidas: sobre a Cooperação**. 1. Ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980. v. 6, Tomo III.

LIMA, Valéria Almada. **Reestruturação Produtiva e Relação Salarial: tendências no Brasil nas décadas de 80 e 90**. 1996. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

LOPES, Josefa Batista. Desafios do Serviço Social no Brasil 30 anos após o Congresso da Virada em 1979: dilemas e resistência em face da incidência das transformações contemporâneas no projeto ético-profissional hegemônico. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n. 12, 2009. Dossiê CFESS: 30 anos do projeto ético político profissional.

_____. Resistências das Classes na construção de alternativas no Brasil: do último ciclo das lutas operárias e populares às perspectivas atuais. In: COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES, Josefa Batista (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** Tradução de Manuel Augusto de Araújo. 4. ed. Lisboa: Estampa, 1970.

MARX, Karl. Instruccion sobre diversos proclamas a los delegados del consejo provisional. In: MARX, C; EBGELS, F. **Obras Escogidas em 3 tomos**. 10. ed. Moscu: editorial Progreso, 1982. v. 2.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19--?]. v. 1 e 3.

_____. **O Capital**: critica da economia politica. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 3, v. 3, Tomo 1: O processo global de produção capitalista. (Coleção os Economistas).

_____; ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo**. São Paulo, Ched Editorial, 1980.

MEDEIROS, Silvana Márcia de Andrade. **Direção das Lutas dos Trabalhadores: o caso da Reforma Sanitária Brasileira**. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MENEZES NETTO, Antonio Júlio de. Cooperativismo nos debates socialistas. **Cadernos dos CEAS**, Salvador, n. 224, 2006.

MESQUITA, Benjamim Alvino. **A transformação da pecuária maranhense sob ação do cpital no período de 1970 a 2000**. 2006. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão/Université Paris III – Sorbonne Nouvelle, São Luís, 2006.

_____. **O desenvolvimento Desigual da Agricultura**: a dinâmica o agronegócio e da agricultura familiar. São Luis: EDUFMA, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciencia Social**: ensaios de negação e afirmação. Tradução Laboratório do GENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização do campo**. São Paulo: CONFRAB, 1986. (Cadernos de Formação, n. 11).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Ligas Camponesas**. Brasília, DF, 1997. (Coleção Fazendo História, n. 4).

_____. **Os desafios da produção e a organicidade do setor**. São Paulo, 2002. Mimeo.

NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão como marca. IN: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão do Cooperativismo**. Brasília, DF: MTE, 2004. (Textos para Discussão). Disponível em:<<http://www.mte.gov.br/empregadoreconomiasolidaria/textosdiscussao/conteudo/AUTOGESTAO-COOPERATIVISMO.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

ODA, Nilson Tadashi. Sindicato e Cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia**

Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: contexto, 2003. (Coleção Economia).

PAGOTTO, Claudete. **Cooperação e cooperativas:** instrumento de organização e resistência dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo: NEILS, 2003. Disponível em:<www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_claudete_pagotto.pdf>. Acesso em: 1 maio de 2013.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da Questão Social. **Temporalis**, Brasília, DF, Ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária do Maranhão.** São Luís: [s. n.], [20--?]. Disponível em:<[http://www.aldoasevedo.adv.br/docs/Luis AC Pedrosa. pdf](http://www.aldoasevedo.adv.br/docs/Luis%20Pedrosa.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2011.

PETRAS, James. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em Movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campe sinato e territórios em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SCHNEIDER, J, O. Desafios e perspectivas das cooperativas de trabalho. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia Solidária:** o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 133-149.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão.** São Luis: EDUFMA, 2008.

_____, Rita. **Cooperativismo Popular:** novas formas de produção e reprodução Social. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

_____, Tânia Alves da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 229-242, jul./dez. 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Prozudir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Em defesa dos direitos dos trabalhadores.** Brasília, DF: MTE, 2004. (Textos para Discussão). Disponível em:<<http://www.mte.gov.br/empregadoreconomiasolidaria/textosdiscussao/conteudo/DEFESA-DIREITO-TRABALHADORES.pdf>>, 2004>. Acesso em: 1 abr 2004.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnósticos e alternativas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil:** autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina.** Imperatriz: Ética, 2009.

SOUZA, Maria Antonia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST.** 1999. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Editora: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____; _____. **Brava gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TAVEIRA, Marizangela Ribeiro. **A política de assentamento desenvolvido pelo INCRA no Maranhão e suas contribuições para a construção do cooperativismo alternativo.** 1999. Monografia (Especialização) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Imperatriz, 1999.

TEXEIRA, Aloísio. **Utópicos, Heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época.** Tradução Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Organizador Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2. ed. São Paulo: contexto, 2003. (Coleção economia).

TORREÃO, Marlene Corrêa. **Cooperativismo e terceirização no Brasil nos anos 1990: particularidades no Maranhão.** 2005. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM LÍDERES DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MST



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Profissão:

Função no Movimento:

Data da entrevista:

2. PROCESSO DE ORIGEM DO COOPERATIVISMO ENQUANTO FORMA ORGANIZATIVA

Como se deu esse processo?

Que sujeitos exerceram a liderança na fase de organização?

Que concepção possuía acerca de cooperativismo?

Existiu um plano de organização da produção (um documento)?

Como foi o planejamento inicial do MST?

3. ORGANIZAÇÃO ATUAL OU CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA COOPERATIVISTA REGIONAL

Há organização por setor ou central?

Quem é o dirigente deste setor?

Quantas cooperativas existem atualmente?

Como o cooperativismo se situa hoje no bojo do projeto econômico-político do MST?

Você considera que o cooperativismo surge no MST como um processo de construção de novos valores e relações sociais no bojo do avanço do capitalismo no campo? De que forma?

4. PRINCIPAIS AVANÇOS E DESAFIOS

Quais os principais avanços no plano econômico?

Quais os principais avanços no plano político?

Quais os desafios atuais e que estratégias estão sendo formuladas?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COOPERADOS DA COOMARA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA COOPERATIVA:

Tipologia da Cooperativa:

Nome:

Objetivos:

Quantidade de Membros:

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO COOPERADO:

Função no Movimento:

Função na Cooperativa:

Ano que se associou à cooperativa:

3. PROCESSO DE ORIGEM DA COOPERATIVA:

Ano da Fundação:

Motivos da Fundação:

Relação da constituição da cooperativa a partir da Reforma Agrária:

Grupos que influenciaram na criação:

Plano de Organização da Produção e do Trabalho da cooperativa neste período:

4. ESTÁGIO ATUAL DE DESENVOLVIMENTO:

Organização da cooperativa:

Composição e estrutura organizativa:

Forma de Gestão:

Forma de Organização da produção:

Forma de Organização do trabalho:

4.1. Avanços no Plano Econômico:

4.2.1 No que diz respeito à cooperativa:

Aquisições de Equipamento:

Financiamentos atuais (convênios, créditos, etc.)

Capacidade Técnica:

4.2.1. No que diz respeito aos Cooperados:

Melhoria da renda:

Outros Benefícios atuais concedidos pela cooperativa:

Contribuição da cooperativa na melhoria das condições de trabalho?

4.2. Avanços na Organização Política:

Contribuição na formação da concepção sobre o cooperativismo

Contribuição na formação da consciência sobre as novas formas de organização da produção e do trabalho